

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ROBERTA PRESTES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
PARA O ESTADO DO AMAZONAS**

JUIZ DE FORA

2018

ROBERTA PRESTES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
PARA O ESTADO DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à conclusão do Mestrado Profissional em Ges-
tão e Avaliação da Educação Pública, da Fa-
culdade de Educação da Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Roberta Prestes da.

A construção de uma política de alfabetização de adultos para o Estado do Amazonas / Roberta Prestes da Silva. -- 2018.

96 f. : il.

Orientador: Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

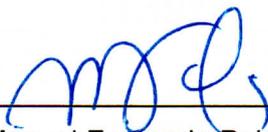
1. Alfabetização de adultos. 2. Programa Brasil Alfabetizado. 3. Políticas públicas de alfabetização de adultos. I. Melo, Manuel Fernando Palácios da Cunha e , orient. II. Título.

ROBERTA PRESTES DA SILVA

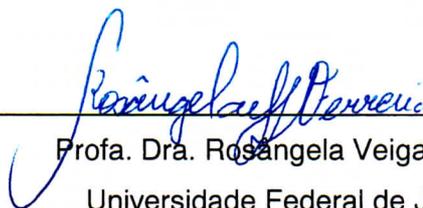
**A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS PARA O
ESTADO DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 30/01/2018.



Prof. Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Rosângela Veiga Júlio Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Priscila Fernandes Sant'Anna
Prefeitura de Juiz de Fora



Dr. Wagner Silveira Rezende
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

AGRADECIMENTOS

E não há nada como antes. Só permanecem ao nosso lado aqueles que, porventura, ousaram sonhar com você.

Início agradecendo a Deus pela fé.

Agradeço ao Governo do Estado do Amazonas pela oportunidade prestada aos servidores de educação, representados pelos Secretários Estaduais de Educação, que desenvolveram o seu trabalho durante este período. São eles: MSC Rossiele Soares da Silva, Prof. MSC Algemiro Ferreira Lima Filho, Prof. Dr. José Augusto de Melo Neto. Por último, agradeço ao Prof. Dr. Lourenço dos Santos Pereira Braga, por acreditar na possibilidade apresentada por este trabalho e providenciar a sua concretização.

À minha família, por compreenderem os: “não posso”, “hoje não”, “esse final de semana estou ocupada”, “desculpe, não consegui ir ao seu aniversário” e tantas outras ausências. Em especial, ressalto o agradecimento às minhas filhas Maria Clara e Maria Eduarda e à minha fiel escudeira Aldenize Cardoso, que compartilham comigo a minha casa, os afazeres e os dias bons e ruins. Agradeço também aos meus pais, Sr. Luiz Ferreira da Silva e Sr^a. Carmem Ruth Prestes da Silva, que foram significativos para a escolha do meu tema de trabalho. Tal inspiração surgiu da trajetória de ambos. O meu pai, por exemplo, aos doze anos estudava à noite no sertão do Ceará, porque precisava trabalhar. Além disso, a minha mãe concluiu os seus estudos pela Educação de Jovens e Adultos, tendo concluído, aos sessenta anos, um curso superior. Meu muito obrigada a eles pelo “não desista”!

Aos meus amigos e irmãos, pelas vezes que compreenderam o meu momento e respeitaram cada minuto - Obrigada, Caroline Prestes, Luiz Vicente Prestes, Ruth Poinho de Oliveira, em especial ao Mario Jorge de Souza Ferreira, pela companhia intelectual e afetiva.

Aos meus amigos do mestrado, pelas vezes em que rimos para não chorar e porque vibramos com a vitória uns dos outros. Isso tudo foi muito importante. Essa vivência está registrada por todo o meu caminhar.

Aos Mestres que conheci e que deixaram em mim as suas marcas durante minha trajetória. São muitos, mas eu não poderia deixar de citar alguns deles: Prof^a. Dr^a Lína Kátia, Prof^o Dr. Victor Paradela, Prof.^o Dr. Alexandre Nicolella, Prof^a. Dr^a Edna Rezende, Prof^o. Dr. André Bochetti e Prof^o Dr. Fernando Lamas. Em especial, agradeço ao meu Orientador, Prof. Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo, pela sua serenidade e sabedoria, sendo capaz de vislumbrar, além dos escritos, a prática do que se deseja. À minha Prof^a MSc Helena Rivelli

de Oliveira, por sua paciência, significativas proposições de reflexão para a construção deste trabalho, motivação e persuasão ao longo deste trabalho.

Enfim, chego a um novo começo, certa de que mesmo que estudar seja um ato isolado, não é solitário, já que todos chegaram a essa vitória comigo e, portanto, partilho esta conquista com cada um. Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional (Mestrado Profissional) em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discute o atendimento educacional ao público de jovens e adultos analfabetos no Amazonas, considerando o que é executado pelo Programa Federal Brasil Alfabetizado (PBA) e o que é ofertado pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo deste estudo foi analisar ações programáticas inerentes às políticas educacionais para a alfabetização de adultos no Estado do Amazonas, com base no Programa Brasil Alfabetizado. Justifica-se a importância deste estudo para compreender como acontece o processo da Educação de Jovens e Adultos no cenário educacional do Amazonas, por meio de ações no âmbito estadual e federal. A pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizada como estudo de caso descritivo. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a qual teve como aporte teórico documentos inerente ao problema, bem como trabalhos de autores como José Luiz Belo (1993), Vanilda Paiva (1990), Paola Scortegagna et al (2006), Marta Rodrigues (2011), Paulo Freire (1985), Moacir Gadotti (2008/2014), Alair Miranda (2003), dentre outros. Tais estudiosos discorrem sobre a Educação de Jovens e Adultos e a sua historicidade, evidenciando a necessidade da construção e/ou ampliação de políticas públicas educacionais direcionadas para esse segmento da Educação Básica. Tendo como base os trabalhos bibliográficos e a sua relação com o PBA, por ser a política mais abrangente de atendimento ao público analfabeto, a pesquisa mostrou as dificuldades regionais e a necessidade de se pensar em uma política pública de alfabetização de adultos que leve em consideração as características próprias do estado. Evidenciou-se ainda que, para um público com características regionais e geográficas como a população em estudo, a capilaridade é um requisito que precisa ser explorado para garantir o acesso. Frente a esses elementos críticos, foi proposto um plano de ação Educacional (PAE), a fim de possibilitar a implementação de uma Política Pública Educacional Estadual de atendimento aos analfabetos com 15 anos ou mais, por meio da SEDUC/AM.

Palavras-Chave: Alfabetização de Adultos. Programa Brasil Alfabetizado. Políticas Públicas de Alfabetização de Adultos.

ABSTRACT

The following research was developed in the range of the Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) of the Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). This dissertation will discuss how is the educational treatment of the young and adults illiterates at the Amazonas State. The main purpose of this study is to analyze the educational policies' actions in the Amazonas State, based on the Brazillian Literacy Program. This research is important to understand how is the literacy process of the young and adults in this place. To do so, it was chosen as methodology the case study and bibliographic research, based on the work of José Luiz Belo (1993), Vanilda Paiva (1990), Paola Scortegagna et al (2006), Marta Rodrigues (2011), Paulo Freire (1985), Moacir Gadotti(2008/2014), Alair Miranda (2003), and others. Those authors debate about the Youngs and Adults' Literacy, focusing on the need to build public policies directed to this public. The research showed the regional difficulties and the need to think about a public policy that considers the characteristics of this state. The study also demonstrated that to this specific public and region, the capillarity is a requirement that has to be explored to guarantee access. In face of those elements, it was proposed an educational action plan (EAP), with the purpose of allowing the implementation of a State Educational Public Policy to the young and adults illiterates, through SEDUC/AM.

Key Words: Adults Literacy. Brazilian Literacy Program. Public Policies for Adults Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura organizacional da SEDUC Amazonas	33
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Amazonas.....42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os índices de analfabetismo no Brasil em 2010 (comparação entre os estados)	32
Tabela 2 - Índices de Analfabetismo do Estado do Amazonas (população maior de 15 anos)	34
Tabela 3 - Comparativo da Modalidade de Oferta ao Público Analfabeto no Amazonas (2013-2014)	37
Tabela 4 - Turmas de alfabetização de adultos, por meio da educação popular (2012-2016) .	38
Tabela 5 - Dados Gerais do PBA Amazonas nos Ciclos 2012 e 2013	41
Tabela 6 - Municípios atendidos pelo PBA no Amazonas (2012/2013)	49
Tabela 7 - Comparativo entre o número de analfabetos e o número de turmas do PBA no ciclo de 2013	55
Tabela 8 - Comparativo entre o número de analfabetos e o número de turmas do PBA no ciclo de 2014	57
Tabela 9 -Turmas de alfabetização por ciclo de oferta e local de funcionamento	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Matriz de Referência Proposta para a Matemática	54
Quadro 2 -	Matriz de Referência Proposta para a Leitura e a Escrita	54
Quadro 3 -	Quadro Síntese de Iniciativas.....	64
Quadro 4 -	PAE - Implementação da Política Pública Educacional Estadual de atendimento aos analfabetos com 15 anos ou mais, por meio da SEDUC/AM	66
Quadro 5 -	Normativas para assinatura de Termo de Cooperação.....	67
Quadro 6 -	Criação do Núcleo de Alfabetização.....	68
Quadro 7 -	Características do Núcleo de Alfabetização	69
Quadro 8 -	Curso de Alfabetização de Adultos por meio do CEMEAM.....	71
Quadro 9 -	Considerações Gerais sobre o curso de alfabetização via CEMEAM	72
Quadro 10 -	Formação de coordenadores e alfabetizadores do Programa de Alfabetização do Estado do Amazonas.....	73
Quadro 11 -	Carga horária da Formação Inicial.....	74
Quadro 12 -	Sugestão de temas para a Formação Inicial	75
Quadro 13 -	Carga horária da Formação Continuada	75
Quadro 14 -	Formação Continuada no Interior	75

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEMEAM	Centro de Mídias de Educação do Amazonas.
CEPAM	Centro de Formação Padre José Anchieta.
Confintea	Conferência Internacional da Educação de Adultos.
DEPPE	Departamento de Políticas Programs e Educacionais
EJA	Educação de Jovens e adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
GAED	Gerência da Atendimento Educacional a Diversidade
GEFOR	Gerência de Formação
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não governamental
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PAA	Programa Amazonas Alfabetizado
PNE	Plano Nacional de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de domicílio
PNUD	Programa das nações unidas para o desenvolvimento
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das nações unidas para a Infancia.
UNDIME	União dos Dirigente Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 MARCOS REFERENCIAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE ONDE PARTIMOS	18
1.1 AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL	20
1.1.1 O Programa Brasil Alfabetizado	27
1.2 A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO AMAZONAS	30
1.2.1 O PBA no Amazonas	39
2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO AMAZONAS	44
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PERSPECTIVA PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	46
2.2 RECRUTAMENTO E PÚBLICO ATENDIDO PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO AMAZONAS	47
2.3 A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS E O MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA.....	51
2.4 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PBA NO AMAZONAS.....	55
3 A PROPOSTA DE UM PROGRAMA EDUCACIONAL PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO AMAZONAS.....	63
3.1 O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL.....	65
3.2 AÇÃO I – CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO	68
3.3 AÇÃO II – IMPLEMENTAÇÃO DE TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO, POR MEIO DO CEMEAM	70
3.4 AÇÃO III – FORMAÇÃO DE COORDENADORES E ALFABETIZADORES DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS	73
3.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES PROPOSTAS NO PAE.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A – FICHAS DE ACOMPANHAMENTO	85
ANEXO B – FICHA DE CADASTRO	91
ANEXO C – FOTOS	92
ANEXO D – MODELOS DE QUESTÕES DOS TESTES COGNITIVOS DE ENTRADA – MEC/PBA	97

INTRODUÇÃO

A presente dissertação traz como objeto de estudo a política de alfabetização de adultos no Estado do Amazonas, alicerçado em uma análise sobre as ações programáticas relativas ao Amazonas alfabetizado e a sua consonância com o Programa Brasil Alfabetizado

O Amazonas tem uma demanda considerável de adultos e jovens acima de 15 anos analfabetos, principalmente devido às suas características geográficas, que limitam o acesso de determinadas comunidades à escolarização. Assim, defende-se, ao longo da descrição do caso, a necessidade de uma análise sobre a política estadual de alfabetização de adultos, pautada na alfabetização popular, tendo em vista a capacidade de abrangência própria dessa corrente metodológica.

A inabilidade da leitura e da escrita é cercada de preconceitos e, como efeito, gera conflitos e discriminação dos sujeitos na condição de analfabeto, colocando-os à margem de uma efetiva participação social, fato que limita as suas perspectivas de condições de desenvolvimento igualitário.

Tratar deste tema tem uma relação intrínseca com a minha atuação profissional, uma vez que atuei na coordenação por dois anos, período em que funcionou, na SEDUC –AM, o programa Federal Amazonas Alfabetizado. Neste tempo, pude acompanhar mais de perto as temáticas e dificuldades que estão relacionadas ao tema do analfabetismo. Além disso, tive, ainda, como grande fator motivador as peculiaridades do Estado do Amazonas que, por sua vez, não facilitam a execução do programa, por questões políticas partidárias, técnico administrativas, além de fatores relacionados à aplicabilidade de uma política educacional mais efetiva, ou da própria inexistência da mesma.

Estas razões me motivaram a trazer à tona as discussões sobre esta temática e apresentar algumas sugestões para o atendimento deste público analfabeto que, por essa condição, tem sido vítima, ainda hoje, de oportunistas. Dentre esse público, estão extrativistas, pescadores, ribeirinhos e outras populações, necessitando de conhecimentos essenciais para, de verdade, serem considerados cidadãos.

O analfabetismo tem sido pauta de governos há pelo menos quatro décadas no Brasil. Sem desconsiderar os aspectos inerentes a uma sociedade que nega o direito à educação, tratar o analfabetismo como uma dívida social historicamente consolidada desafia o estado na construção de políticas públicas capazes de conduzir a sua redução.

A partir de dados atuais, é possível constatar a existência, em todo o mundo, de mais de 780 milhões de analfabetos que estão acima de 15 anos de idade, segundo o Relatório

Conciso Global EPT-2000/2015 (UNESCO, 2015). Este dado faz parte da avaliação dos compromissos assumidos internacionalmente para a garantia da condição básica do direito de aprender. Ressalta-se que a alfabetização de adultos possui desdobramentos que vão muito além do compreender os códigos da escrita e da leitura, além da linguagem matemática, por também abranger o uso sistemático e espontâneo desses sistemas de códigos. Além disso, sem o desenvolvimento dessa condição, é sonogado ao indivíduo o direito de maior participação social, dificultando o seu empoderamento pessoal, assim como o seu desenvolvimento econômico e político.

De acordo com o Censo de 2010, nessa época, havia mais de 13 milhões de analfabetos no Brasil (IBGE, 2010). Mediante este quadro, a temática do analfabetismo tem se mantido constante e presente nos planejamentos para a evolução da educação do país, sendo que este indicador influencia em índices de aspectos sociais e econômicos, além de educacionais. Um marco deste contexto é representado pela meta 9 do atual Plano Nacional de Alfabetização (PNE 2014-2024), que busca “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL, 2014b, s/p).

Com as demandas anunciadas pelo PNE 2014-2024, abre-se a possibilidade, a partir da elaboração do Plano Estadual de Educação, dos Estados se atentarem para ações locais que culminem com o alcance da meta 9. Dessa forma, será possível o favorecimento da concepção de um programa de alfabetização de adultos que seja oriundo de sua própria Secretaria de Educação do Amazonas.

É significativo saber que as políticas nacionais para o combate ao analfabetismo de adultos são delineadas, em sua maioria, na perspectiva da alfabetização popular, considerando a sua amplitude e possível capilaridade no atendimento. Nessa perspectiva, incluem-se espaços não formais de escolarização, ou seja, está previsto que a oferta de alfabetização de adultos possa acontecer em outro espaço que não a escola, propiciando uma aproximação primeiramente de esferas do governo com entidades não governamentais e, conseqüentemente, favorecendo ao analfabeto ser atendido em um ambiente já conhecido e acessível ao seu contexto de vivência.

Em 2013, segundo dados do IBGE, o Amazonas possuía cerca de 380 mil analfabetos, destes, estão contabilizados os jovens e adultos a partir dos 15 anos. No entanto, considerando o indicador 9A da meta 9, do Plano Nacional de Educação, cuja meta prevista até 2015 era de 93,5%, o estado alcançou 93,3% da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais

de idade¹, ainda que as limitações pedagógicas esbarrassem nas peculiaridades locais, como os aspectos geográficos e econômicos. Tais aspectos geográficos e econômicos ocasionaram em implicações pedagógicas, como períodos de seca e cheia. É importante pontuar que em muitas comunidades rurais, há o extrativismo vegetal, havendo cooperativas de colheita de açaí, guaraná e castanha.

Esta realidade demonstrou a relevância de atender a esse público analfabeto, por meio de ações educacionais que reconheçam as especificidades geográficas e econômicas do Estado. Para tanto, estas ações devem estar em consonância com a Política Nacional de Alfabetização de Adultos, por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que teve início em 2003, sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC).

O Amazonas só aderiu ao PBA somente em 2013 e 2014, devido a fatores geopolíticos, pois, segundo o portal do MEC, a prioridade do governo federal era o atendimento a municípios que apresentassem uma alta taxa de analfabetismo. 90% destes se localizavam na região Nordeste.

O PBA tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, assim como contribuir com a universalização do ensino fundamental. Tem em sua concepção a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização, reconhecendo-a como um direito humano.

O programa apoia técnica e financeiramente os estados e garante o pagamento de Bolsa Voluntariado aos seus beneficiários alfabetizadores, coordenadores de turma e intérpretes de línguas; tem a duração de 8 meses e a carga horária de 360 h/a. O PBA permite grande capilaridade na formação de turmas, uma vez que é possível o funcionamento de salas de aula em espaços não formais, como associações, igrejas, clube de mães e cooperativas.

Dessa forma, essa estratégia valoriza o tempo e os espaços dos grupos que serão atendidos. A partir do que foi exposto até o momento, o que se estabelece como problemática para este caso de gestão é a dependência do Amazonas em relação ao PBA para o atendimento à demanda de alfabetização aos jovens e adultos. Esta mesma dependência pode ser observada na realização de um movimento pela alfabetização que contemple as particularidades locais – como é o caso da educação popular. Quando o estado não é atendido pela PBA, o que resta a essa população é o atendimento regular pela EJA, que possui uma abrangência reduzida.

É importante salientar, entretanto, que esse estudo não desconsidera a importância da

¹ Fonte do Indicador: PNE em Movimento 1º ciclo INEP-2016/PNAD2105. Disponível em: pne.mec.gov.br

atuação do PBA, no entanto, é preciso que, na ausência deste, o Estado possua possibilidades de atender a esse público. É com base nisso que foi delimitada a seguinte questão norteadora para a presente pesquisa: **quais elementos do Programa Brasil Alfabetizado podem contribuir para o desenho de uma política estadual de alfabetização de adultos no Amazonas?**

Com base nesta questão, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar ações programáticas inerentes às políticas educacionais para a alfabetização de adultos no Estado do Amazonas, com base no Programa Brasil Alfabetizado. Os objetivos específicos elencados foram:

- (i) Identificar as ações programáticas relativas à Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas;
- (ii) Identificar os aspectos positivos e/ou negativos do Programa Brasil Alfabetizado no Estado do Amazonas;
- (iii) Propor um Plano de Ação Educacional (PAE) para fomentar a construção de um núcleo de alfabetização, a partir da definição de estratégias, normas e procedimentos para a implementação de políticas de alfabetização que atendam às especificidades regionais do Estado do Amazonas.

A pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizou-se pelo estudo de documentos – legislativos e de divulgação de dados – referentes à realização do PBA no Amazonas. Com isso foi possível identificar pontos em que o programa contribuiu para a demanda reprimida de analfabetos, mas também os momentos em que sua aplicabilidade às características do Amazonas significou um empecilho.

Com base no que foi exposto, a presente dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta um breve histórico sobre as políticas públicas educacionais para a alfabetização de adultos, seus marcos históricos, além dos comparativos das taxas de analfabetismo entre os índices do Brasil, Região Norte e o Estado do Amazonas. Por fim, também será demonstrado como tem sido feito o atendimento à demanda do analfabetismo no Estado.

O Capítulo 2 traz uma análise dos dados coletados sobre o público analfabeto do Amazonas, além da proposição de uma possível política de trabalho com o mesmo. Além disso, são discutidos os conceitos relacionados ao analfabetismo; atendimento à população analfabeta e educação popular. Em seguida, são discutidos os elementos dificultadores e facilitadores de uma parceria pública com entidades não governamentais para os responsáveis pela tomada de decisões educacionais dos municípios amazonenses. Para tanto, são apresentados os marcos de alfabetização de adultos, assim como uma discussão teórica sobre

este temas, que poderim influenciar na concepção de uma Política Pública Estadual de Alfabetização de Adultos, na perspectiva de educação popular.

O Capítulo 3, por sua vez, propõe um Plano de Ação Educacional (PAE) para a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC), que busca fomentar a construção de um núcleo de alfabetização, a partir da definição de estratégias, normas e procedimentos para a implementação de políticas de alfabetização que atendam às especificidades regionais do Estado do Amazonas. E, desta forma, aponte uma maneira de, resguardando as responsabilidades da SEDUC e das Organizações não-governamentais (ONGs), somar forças para a execução de uma Política Educacional Estadual de Alfabetização de Adultos.

Por ser exequível, o PAE se constitui em um instrumento com contribuição significativa nas ações de atendimento à população analfabeta, nos pilares da universalização do ensino e do aumento da taxa de alfabetismo da população do Estado do Amazonas.

1 MARCOS REFERENCIAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE ONDE PARTIMOS

É necessário que se (re) conheça uma perspectiva histórica do analfabetismo no Brasil, para que possamos compreender a construção de políticas públicas e o significado das conquistas já desenhadas. Foi com a Lei Saraiva, de 1881, que se começou, mesmo não sendo este o seu objetivo, a enxergar a problemática da população analfabeta. A Lei Saraiva realizava reformas eleitorais e, pela primeira vez, considerou a pessoa que não sabia ler e escrever inapta ao voto. Assim, os votos da grande parte da população, considerando que mais de 80% da população era analfabeta, não seriam mais contabilizados. A partir desse contexto, surgiram, então, questionamentos, principalmente por parte de uma parcela da população que defendia o direito ao voto do cidadão analfabeto (PAIVA, 1990).

Os movimentos pela universalização da educação básica influenciaram de modo positivo as taxas de analfabetismo no Brasil. Entretanto, para a sua erradicação, mostraram-se necessárias estratégias que contemplassem a população de jovens, adultos e idosos que se encontravam fora do ambiente escolar. Em aspectos mais atuais, o PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005 de junho de 2014, tem especial atenção a essa população. Além da meta 9, como já mencionado, o Art. 2º da referida lei estabelece as diretrizes que norteiam o plano e, dentre elas, destaca-se a primeira: “I - erradicação do analfabetismo” (BRASIL, 2014b, s/p).

Os debates em torno do analfabetismo e da baixa escolarização da população brasileira são perpassados pelas intensas diferenças sociais e demográficas entre as regiões e os seus estados. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as regiões norte e nordeste concentram as maiores taxas de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Em 2014, por exemplo, essas localidades apresentavam em torno de 9,5% e 16,9%, respectivamente (IBGE, 2015). Dessa forma, os dados do Censo 2010 evidenciam que o Amazonas possui uma taxa média de analfabetismo maior do que a nacional e, até mesmo, da região norte. Com 9,8% de sua população de 15 anos ou mais analfabeta, o estado busca maneiras de trabalhar esse déficit e elevar a taxa de escolaridade (IBGE, 2010).

Dentre as estratégias estabelecidas para o alcance da meta 9 do PNE 2014-2024, a consolidação de uma política de Educação de Jovens e Adultos se destaca, no que tange à erradicação do analfabetismo. O estado do Amazonas oferece a EJA como modalidade da educação básica. Contudo, essa é uma iniciativa que se desenvolve apenas em espaços formais de educação, o que inviabiliza a sua oferta em muitas localidades amazonenses, que

concentram uma demanda reprimida pela alfabetização de adultos, mas não possui instituições escolares. É por isso que o PBA se mostrou uma iniciativa importante nesse contexto.

A partir desse contexto, será descrito o presente caso de gestão, buscando esclarecer as bases em que se apoiam a ideia da elaboração de uma política estadual de alfabetização de adultos no Amazonas.

A EJA que pretende-se ser o esteio da construção desta política está em conformidade com o que a citação do parece CNE/CEB 11/ 2000:

“[...]a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita eleitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.[...]” - (BRASIL,2000 p.05)

Reconhecendo como uma dívida social histórica , a política educacional para a o atendimento aos analfabetos do estado do Amazonas, pretende delinear –se com a valorização desse público, considerando sua inegável cultura para agregar novos conhecimentos. A educação de jovens e adultos que aqui se propõe é antes de tudo o reconhecimento deste cidadão , que desconhece os sistemas gráficos e fonéticos e escrito da sua Língua materna , mas é profundo conhecedor e partícipe da sua cultura e sim gerador de conhecimento e produtor de riquezas para si e para o seu Estado, e é papel deste , oportunizar o aprofundamento dos saberes . A EJA nesta perspectiva, é bem coerente ao que enfatiza o conceito da Educação de Jovens e Adultos pela Declaração de Hamburgo(1999):

[...] engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade [...]

Ainda respaldados, pelas especificidades locais para atendimento a esta população , é válido ressaltar a conjuntura dos fatores “grupais” desta política de alfabetização, para tanto a proposta da construção desta política valoriza a conexão com estes, para garantia do acesso

e permanência, aqui tratamos de segmentos como, extrativistas, pescadores, custureiras, ribeirinhos indígenas, quilombos, negros, e etc. E para isto concerne-se no decorrer deste trabalho a possibilidade de uso de espaços formais para o desenvolvimento desta política.

Mais porém do que enfatizar que este público precisa ter essa dívida reparada e contribuir para a construção de uma política educacional para jovens e adultos analfabetos do estado do Amazonas, permeada por concepções aqui apresentadas é um papel condicional deste trabalho, na perspectiva de uma EJA reparadora, equalizadora e qualificadora, como porta de entrada para a inclusão de outros direitos, é também um aporte na ação estratégica de investimento no combate ao analfabetismo, que precisa ser encarado como uma política de estado e não de governo, ancorado no que destaca Gadotti:

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um **custo** e não como um **investimento**, não se levando em conta que o analfabetismo tem um impacto não só individual, mas também social. Ele impacta a vida das pessoas, na saúde (mais enfermidades), no trabalho (piores empregos), na educação, e impacta também a sociedade, a participação cidadã, a perda de produtividade e de desenvolvimento social. (Periódico *EJA EM DEBATE*, Florianópolis, Ano 2, n. 2. p.10 .Jul. 2013.)

Dessa forma, o Capítulo 1 está dividido em duas sessões principais. A primeira busca contextualizar o caso, descrevendo os principais programas e políticas implementadas na busca pelo combate ao analfabetismo no Brasil, com ênfase para o Programa Brasil Alfabetizado. A segunda se concentra nas especificidades amazonenses, descrevendo as ações de oferta da alfabetização de adultos, considerando a sua capilaridade e a capacidade de atendimento.

1.1 AS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A historicidade da educação de jovens adultos e, em particular, da alfabetização, tem uma relação estreita com os períodos econômicos vivenciados pelo país. Considerado como um problema também social, o analfabetismo, inegavelmente, desafia governos e políticas para a sua redução. As primeiras políticas para o atendimento aos jovens e adultos analfabetos no Brasil, por exemplo, datam de 1947, sendo uma delas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, atrelada ao também recente Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação. Após esse período, houveram outras campanhas que não obtiveram sucesso,

como a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952; e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. Essas foram consideradas políticas públicas que não atendiam muitas das especificidades do público analfabeto, tratando de forma superficial o problema do analfabetismo (PAIVA, 1990).

O Movimento de Educação de Base, fundado em 1961, marca a consolidação da eferescência das práticas de alfabetização, pautadas pela congregação de movimentos populares, intelectuais, e parte da Igreja Católica. O Movimento encarava este problema como um fator político, sendo financiado pelo Governo Federal, que desenhou um Plano Nacional de Alfabetização, coordenado, naquele momento, por Paulo Freire, etapa essa que não conseguiu prosseguir. O Plano Nacional de Alfabetização teve a sua ruptura no ano de 1964, pois a ditadura militar condenou como subversivos os projetos populares de educação e, em 1967, foi criado o Movimento Brasileiro pela Alfabetização – MOBRAL (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

O MOBRAL foi considerado uma grande iniciativa para a educação de jovens e adultos. Essa política se expandiu em todo o país, estando ligada ao Departamento Nacional de Educação. Contudo, o Mobral também acontecia por meio de convênios, que eram firmados com as secretarias educacionais e municipais, ainda com instituições públicas e privadas. Mas, o Mobral teve como uma de suas principais ações o Programa de Educação Integrada (PEI), que tratava, em caráter supletivo, da continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados. Mesmo com tais esforços, o objetivo de erradicar o analfabetismo não foi alcançado. No entanto, segundo Bello (1993), um dos fatores que somaram negativamente à política foi a perpetuação da exclusão.

Na verdade a preocupação central do MOBRAL era que um indivíduo fosse alfabetizado para facilmente receber as informações e desempenhar corretamente seu papel na sociedade e no desenvolvimento. E a diferença entre o movimento e a prática de Paulo Freire se encontra no referencial ideológico dos dois, pois enquanto o educador propunha a "educação como prática da liberdade", o MOBRAL propunha intrinsecamente o condicionamento do indivíduo para a manutenção do status quo (BELLO, 1993, p.114).

O MOBRAL foi extinto em 1985 e seus resultados, durante os 15 anos de execução, foram fracassados, sendo que vários fatores contribuíram para isso. Sauner (2002) enfatiza que “uma das causas do fracasso do MOBRAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e adulto brasileiro está relacionado ao recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era dado a tarefa de alfabetizar ” (SAUNER, 2002, p. 59).

A Fundação Educar foi o projeto que substituiu o MOBRAL, porém, com outra forma de execução. A sua operacionalização procurou apoiar as iniciativas das instituições conveniadas a ela. Nessa perspectiva, foi possível uma descentralização, que culminou em uma variabilidade de orientações e práticas pedagógicas. Com a Medida Provisória nº 250, do Governo Collor, em março de 1990, a Fundação Educar foi extinta (FRIEDRICH et al, 2010).

A Constituição Federal de 1988 devolveu o direito ao voto aos analfabetos e, em seus artigos 206 e 208, tornou dever do Estado garantir a educação fundamental a quem não tivesse tido acesso na idade própria:

Art 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

(...)

Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988, s/p).

Em todo o mundo, com o advento da globalização e a sua relação intrínseca com o conhecimento e o mercado de trabalho, números cada vez mais expressivos de analfabetismo preocupavam as nações. A década de 90 é marcada pela efervescência de eventos, no âmbito nacional e internacional, sobre a Educação de Jovens e Adultos. dentre os mais relevantes, citamos a V CONFINTEA – Conferência Internacional para a Educação de Adultos, ocorrida em 1997, em Hamburgo, na Alemanha. A Declaração de Hamburgo, divulgada após este evento, trouxe uma concepção de educação ao longo da vida para ações de políticas públicas educacionais:

[...] A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.[...] A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.[...] (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1999, p. 19.)

Há também de se registrar outros eventos relacionados por Soares (1999, p. 26-28), como: Encontro da EJA da América Latina e Caribe, Montevideu, 1998; Encontro de EJA Mercosul e Chile, 1999; e os Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação(AMPED), que possuía um Grupo de Trabalho para este tema.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) é um marco internacional, originador de várias demandas educacionais e ações, frente aos desafios relatados a nível mundial. O evento foi realizado em Jomtiem, Tailândia, tendo sido patrocinado por quatro organismos internacionais: a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Banco Mundial (BID); e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Chamada de Conferência Mundial de Educação para Todos, esse encontro significou um momento histórico para a educação mundial, já que mesmo com os 40 anos da Declaração dos Direitos Humanos, que afirmava que toda pessoa tem direito à educação, o quadro educacional dos 155 países participantes da conferência, inclusive o Brasil, não era favorável. Assim, o documento resultante da Conferência trouxe a seguinte informação:

Mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário.

Mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são **analfabetos**, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento.

Mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais.

Mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, p.1).

Os organismos financiadores do evento apresentaram às nações as suas preocupações, que culminaram em uma proposta de ação para a problemática educacional. Da referida Conferência, originou-se o documento acima mencionado, que foi significativo para os desdobramentos de políticas educacionais nos países participantes. Esta declaração colocou a educação como agenda prioritária para o atendimento às mazelas educacionais básicas.

Assim, as políticas de atendimento ao analfabetismo são perpassadas pelas ações de atendimento à educação básica, como afirma Gadotti (1991):

De certa forma, a "nova visão" da edificação proposta pela Conferência de Jomtien inclui a alfabetização no conceito de educação básica, e assim fazendo dá um novo significado tanto para uma quanto para a outra. A educação começa a ter um novo enfoque. A alfabetização deixa de ser a principal preocupação dos países com altas taxas de analfabetismo, para os esforços se concentrarem na universalização da educação básica, encarando-se a alfabetização como parte da educação básica (GADOTTI, 1991, p. 1).

Durante toda esta efervescência em torno da Educação de Jovens e Adultos, até por se consolidar como um canal civil para as estratégias encaminhadas nas conferências internacionais e os movimentos nacionais, nascem os Fóruns EJA no Brasil. Tais fóruns se articularam nos preparatórios da V CONFITEA, como destaca Duarte (2013, p. 03-04):

O movimento dos Fóruns de EJA no Brasil emerge no contexto de preparação da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA. Surge marcado por dois princípios básicos. Primeiramente, o da educação como direito de todos, o qual se encontra assegurado no art. 205, da Constituição de 1988. Após a V CONFINTEA outro princípio passa a ser defendido, o do direito à educação ao longo da vida, pois com a elaboração da Agenda para o Futuro novos compromissos são firmados em favor da EJA, preconizados pela Declaração de Hamburgo.

O primeiro fórum se consolidou no Rio de Janeiro, tendo se expandido para outros estados. Estes movimentos contribuíram de forma legítima para as realizações anuais dos ENEJAS - Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, desde o ano de 1999. Em consulta à página oficial dos fóruns EJA na internet, é destacada a sua relevância, no âmbito do Ministério da Educação.

[...] A legitimidade dos Fóruns vem sendo reconhecida em muitos espaços, especialmente representados pela ocupação de um lugar na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, assim como em um colegiado de representantes com o qual o Ministério tem dialogado permanentemente [...] (FORUMEJA, 2018).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e a inclusão de especificidades da Educação de Jovens e Adultos, foi garantida uma conquista. Esta inclusão ganha uma significação de educação compensatória, tratada em seus artigos 37 e 38:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A lei estabelece as idades mínimas para realização de exames, garante o acesso do trabalhador, e cita a necessidade educacional de um sistema de ensino apropriado.

O Plano Decenal de Educação, concebido pelo Governo Federal Brasileiro em 1993 e com vigência até 2003, representa uma das estratégias para a concretização dos compromissos assumidos em 1990. Nesse contexto, o Programa Alfabetização Solidária (PAS), criado em 1997 e executado durante os mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, foi um programa destinado às regiões Norte e Nordeste, que possuíam o maior índice de analfabetismo. Apoiado pelo MEC, universidades e empresas, o PAS continuou atuando como organização não governamental.

Como ponto de partida dos anos 2000, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a resolução CNE/CEB 11/2000 tem um papel significativo. Esta resolução trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, apontando os fundamentos e as funções da EJA. Além disso, retira desta modalidade o aspecto compensatório, atribuído de forma intrínseca na LDB/96.

O parecer trouxe um significado de reparação e reconhecimento de dívida social para aqueles que não tiveram a sua escolarização em idade correta, chegando à fase adulta desprovidos de saberes mínimos da sociedade letrada.

Assim, a base e princípio da educação de jovens adultos é relatada da seguinte forma:

A igualdade e a liberdade tornam-se, pois, os pressupostos fundamentais do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma melhor redistribuição das riquezas entre os grupos sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam. (BRASIL, 2000, p.06)

Ao considerar a igualdade como base, a resolução descreve três funções para a Educação de Jovens e Adultos: a reparadora, a equalizadora e a função qualificadora.

A Função **Reparadora** aborda uma temática diferenciada, ressaltando que não se trata de ofertar suprimentos básicos, mas de garantir possibilidades de maiores conquistas.

O acesso a este serviço público é uma via de chegada a patamares que possibilitam maior igualdade no espaço social. Tão pesada quanto a iníqua distribuição da riqueza e da renda é a brutal negação que o sujeito iletrado analfabeto pode fazer de si mesmo no convívio social. Por isso mesmo, várias instituições são chamadas à reparação desta dívida (BRASIL, 2000 p.08)

A função **Equalizadora** aborda a oferta às pessoas de diversos segmentos sociais que tiveram a sua escolarização interrompida. Trata-se de um processo de retomada e afirmação de conhecimentos e habilidades, oportunizando a este cidadão uma forma para além da decodificação dos códigos da escrita e da habilidade de cálculos matemáticos e leitura. Dessa forma, a ideia é a de que o indivíduo seja capaz de interagir de forma abrangente no seu espaço social.

Nesta linha, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura (BRASIL, 2000 p. 10).

A função **Qualificadora** – conforme o parecer, a função permanente da EJA - compreende o principal sentido da EJA, sendo ele o de aprender constantemente, em um processo de busca contínua por conhecimentos, agregando novos saberes à vida humana e à atuação social.

Dentro deste caráter ampliado, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (BRASIL, 2000, p.12).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos são, até hoje, um documento elucidador, no que diz respeito às temáticas que se referem à alfabetização e à continuidade dos estudos por pessoas que tiveram o seu processo de escolarização formal interrompido. Este foi um salto importante no contexto Brasileiro, em relação às políticas públicas educacionais para a educação de Jovens e Adultos

Ainda no ano 2000, como marco Internacional e referencial para este trabalho, citamos a Conferência Mundial de Educação para Todos e o Fórum de Dacar, ocorrido no ano 2000 no Senegal, após 10 anos de Jotiem. Este fórum pretendia analisar os progressos alcançados na Conferência Mundial de Educação para Todos. Foi notório que algumas desigualdades ainda persistiam, dentre elas o analfabetismo. Deste fórum, em que participaram 164 países,

incluindo o Brasil, foram pactuados compromissos e metas a serem alcançados até 2015. Destacam-se:

1. expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
2. assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- 3. assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;**
- 4. alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;**
5. eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
6. melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida (UNESCO, 2001, s/p, grifo nosso).

A partir dos compromissos ali firmados entre os países, estes passaram a ser monitorados pelos organismos internacionais para o alcance das metas. O Brasil é um dos países monitorados e tem os seus avanços publicados anualmente nos Relatórios Globais de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Neste relatório sobre a alfabetização de adultos, destacou-se em 2014: “Lançado pelo MEC no início de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado pode ser considerado um marco para a retomada das políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos” (IPEA, 2004, p. 33).

É neste desenho de compromissos assumidos internacionalmente que políticas públicas e planos de ações foram delineados mais recentemente no Brasil. Neste contexto, foi concebido o Programa Brasil Alfabetizado.

1.1.1 O Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado, instituído pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003), posteriormente substituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), foi criado com o objetivo de promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, e contribuir para a universalização do

ensino fundamental no Brasil. O programa tem em sua concepção a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização, reconhecendo-a como um direito humano. Além disso, o PBA tem como diretrizes: fortalecimento da alfabetização como política pública, priorizando estados e municípios; estímulo à continuidade dos estudos, por meio da articulação entre o PBA e EJA - ensino fundamental; e a execução descentralizada, havendo a pactuação entre o governo federal e os governos estaduais, do Distrito Federal e municipais (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014).

A partir de 2004, ficou a cargo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECADI/MEC), a coordenação e o gerenciamento do PBA a nível nacional. No PBA, o governo federal apoia técnica e financeiramente os estados, por meio da transferência de recursos, garantindo o pagamento de Bolsa Voluntariado aos seus beneficiários, alfabetizadores, coordenadores de turma e intérprete de línguas. A bolsa tem a duração de oito meses e a carga horária é de 360 horas. O programa permite grande capilaridade na formação de turmas, uma vez que é possível funcionar salas de aula em espaços não formais, como associações, igrejas, clube de mães e cooperativas, valorizando o tempo-espaço dos grupos que serão atendidos, em conformidade com suas adversidades e sazonalidades locais. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável por realizar as transferências dos recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por analisar a prestação de contas desses recursos e também por fazer o pagamento das bolsas-benefício mensalmente, a partir de autorização da SECAD/MEC (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014).

A própria SECADI/MEC reconhece três fases significativas no PBA: (i) no segundo semestre de 2003, o programa foi lançado e o governo federal passou a gerenciar um esforço nacional pela alfabetização de adultos; (ii) de 2004 a 2006, a alfabetização deixa de ser um fim nos propósitos do programa, passando a caracterizar um meio para um processo de escolarização mais amplo (educação básica); em 2007, houve o redesenho do programa e, a partir disso, a política vem buscando contribuir para a criação de políticas que atendam às necessidades da população brasileira, em especial do público jovem.

O PBA ocorre anualmente, por meio de pacto de adesão à resolução específica, que é divulgada pelo MEC. Os estados e municípios possuem o prazo para a adesão e esta resolução, que acontece impreterivelmente todos os anos. Nesta resolução, estão definidos os procedimentos de formação de alfabetizadores, cargas horárias, valores de bolsa benefício e, principalmente, a aplicação de recursos financeiros. Nestes termos, podemos dizer que há uma descentralização da autonomia, podendo os estado, municípios e Distrito Federal

estabelecer em que utilizar o recurso federal (BRASIL, 2008).

Para exemplificar, é possível visualizar a Resolução vigente, a CD/FNDE/MEC de nº 8, de 24 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015). Após a adesão e aceite de ambos os entes federativos, pelo Plano Plurianual de Alfabetização (Ppalfa), é calculado o valor de apoio que será recebido pelo estado pela fórmula descrita abaixo, conforme menciona o artigo 15 da referida resolução:

$$VA = \{[(Ar/10) \times 400 \times m] + [(Au/20) \times 400 \times m]\} \times 0,50, \text{ em que:}$$

VA: valor de apoio

Ar: número de alfabetizandos da zona rural

Au: número de alfabetizandos da zona urbana

10: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula rurais

20: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula urbanas

400: valor, em R\$, da bolsa de referência.

m: número de meses do curso.

A partir da definição dos valores, segue-se o que está disposto na Resolução, em seu Art. 17, em que constam os itens nos quais esses recursos podem ser gastos:

Art. 17. O valor de apoio, conforme art. 9º do Decreto nº6.093/2007, pode ser aplicado no custeio das seguintes ações, detalhadas no Manual de Gestão Operacional:

I - formação de alfabetizadores, alfabetizadores tradutores intérpretes de Libras e alfabetizadores-coordenadores de turmas, tanto na etapa inicial como na continuada;

II - aquisição de material escolar;

III - aquisição de material para o alfabetizador;

IV - aquisição de gêneros alimentícios destinados, exclusivamente, ao atendimento das necessidades da alimentação escolar dos alfabetizandos;

V - transporte para os alfabetizandos;

VI - aquisição ou reprodução de materiais pedagógicos e literários, para uso nas turmas (conforme orientações do Manual de Gestão Operacional), e;

VII - reprodução dos testes cognitivos e certificados para os beneficiários do Programa.

§ 1º O Ppalfa do EEx deve indicar em quais das ações elencadas no caput utilizará o valor de apoio e que percentual será destinado a cada uma delas (BRASIL, 2015, s/p).

Também estão identificados, na resolução, os seus beneficiários e os respectivos valores de bolsas:

Art. 32. A título de bolsa, o FNDE pagará a voluntários cadastrados, vinculados a turmas ativas no SBA e que desempenharem suas responsabilidades a contento os seguintes valores mensais:

I - bolsa classe I: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para alfabetizador e para alfabetizador tradutor-intérprete de Libras que atue em apenas uma turma ativa;

II - bolsa classe II: R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para alfabetizador que atue em apenas uma turma ativa formada por população carcerária ou por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;

III - bolsa classe III: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais para alfabetizador e alfabetizador tradutor-intérprete de Libras que atue em duas turmas ativas e com horários de aulas não coincidentes;

IV - bolsa classe IV: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais para alfabetizador-coordenador que seja responsável por um número de cinco a nove turmas ativas;

V - bolsa classe V: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador que atue em duas turmas ativas formadas por população carcerária ou por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e com horários de aulas não coincidentes.

VI - bolsa classe VI: R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais para o alfabetizador-coordenador que atue coordenando de cinco a nove turmas ativas, sendo pelo menos duas formadas por população carcerária ou por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, s/p).

Como se percebe, o PBA mantém uma dinâmica própria enquanto estratégia de alfabetização de adultos, encontrando-se à parte do ensino regular e/ou formal. O programa tem como principal estratégia a educação popular, que admite e incentiva o estabelecimento de espaços de alfabetização fora das instituições escolares, tornando-se, assim, uma importante iniciativa de acesso às populações mais isoladas. Este é o caso do Amazonas.

Na próxima sessão, passaremos a tratar sobre o analfabetismo no estado do Amazonas, enfatizando-se as particularidades do PBA nesse contexto.

1.2 A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO AMAZONAS

O estado do Amazonas, localizado na Região Norte do país, possui 62 municípios e extensão territorial de 1.571.000 Km², sendo a maior das 27 unidades federativas do Brasil, com população de 3,938 milhões de pessoas. O estado detém um dos menores índices demográficos do Brasil, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado. Contudo, quando analisados os dados da capital Manaus, observamos um contraste, tendo em vista que seu índice de densidade demográfica é de 158,06 habitantes por quilômetros quadrados. Esse indicador ilustra a situação de aglomerados populacionais nas maiores cidades do estado, intensificando o isolamento das comunidades afastadas da capital. Os dados do Censo-2010 ainda mostram que

existem 65 grupos indígenas no estado, muitos dos quais a Língua Portuguesa ainda é preterida.

Conforme dados do IBGE (2010), organizados na Tabela 1, a taxa de analfabetismo do estado é de 9,8%, em pessoas com idade mínima de 15 anos. Essa situação reflete em grande parte as dificuldades de acesso à escolarização experimentadas pelas comunidades, à mercê das especificidades dessa região (seca, cheia, comunidades mateiras, indígenas e ribeirinhas).

Tabela 1 - Os índices de analfabetismo no Brasil em 2010 (comparação entre os estados)

Estados/DF	Taxa de Analfabetismo (%)
DF	3,3
SC	3,9
RJ	4,1
SP	4,1
RS	4,2
PR	5,8
MS	7,1
GO	7,3
ES	7,5
MG	7,7
MT	7,8
AP	7,9
RO	7,9
AM	9,8
RR	9,7
PA	11,2
TO	11,9
AC	15,2
BA	15,4
PE	16,7
SE	17,0
CE	17,2
RN	17,4
MA	19,3
PB	20,2
PI	21,1
AL	22,5

Fonte: IBGE, 2010.

Sobre essa realidade, é preciso que se considere que o analfabetismo no Amazonas data de um período histórico colonial. Assumimos como uma relevância histórica singular para

os índices de analfabetismo no estado a hipótese de que, com grande população indígena, a maior do país, com sua linguagem própria e como um povo colonizado, o Amazonas em seus primórdios, passou a adotar a língua dos seus colonizadores. Assim, os povos colonizados do Amazonas não tinham o domínio da língua portuguesa, o que chamou a atenção dos colonizadores. Isto teve grande influência para que as pessoas nativas do lugar fossem consideradas analfabetas, atraindo as Companhias de Jesuítas, que assumiram a missão de alfabetizar os indígenas. No entanto, este mecanismo de alfabetização não trazia uma concepção libertária, mas, apenas mais uma forma de dominação, no sentido de trazer uma alfabetização que desconsiderasse o mundo do alfabetizando, apresentando, aos indígenas, crenças, valores e a forma de vivência das classes dominantes da época. Como descreve Miranda (2003, p. 18), “tem início aí, portanto, a origem do analfabetismo no Brasil. Índios, escravos e ainda parte da classe dominante ficavam à margem da ação educativa formal”.

Considerando, ainda, as influências históricas sobre o analfabetismo na Região Amazônica, e em elevada ênfase no estado do Amazonas, é preciso considerar os períodos áureos da borracha, momento que trouxe para essa região vários imigrantes, também analfabetos. O sucesso da borracha, como ciclo que evoluía a região, não refletia nas políticas educacionais para o analfabetismo. “Enquanto o interesse internacional pela borracha amazônica se elevava, a quantidade de analfabetos também aumentava, porque a mão-de-obra utilizada nos seringais era de imigrantes nordestinos, índios e alguns negros, normalmente analfabetos” (BARBOSA, 2005, p 41).

Esses fatores citados são apenas alguns dos que contribuíram para uma taxa de analfabetismo elevada no estado. Porém, o analfabetismo também é o reflexo de outros indicadores sociais que impedem o avanço da região. Na tabela 2, ainda respaldados pelos dados do IBGE (2010), apresentamos os índices de analfabetismo por município, considerando a faixa etária de 15 anos ou mais.

Tabela 2 - Índices de Analfabetismo do Estado do Amazonas (população maior de 15 anos)

(continua)

Município	Analfabetismo entre jovens e adultos (%)	População do Município		
		Zona urbana	Zona rural	TOTAL
Alvarães	21%	7.887	6.201	14.088
Amaturá	23%	4.960	4.507	9.467
Anamá	16%	4.174	6.040	10.214
Anori	20%	10.000	6.317	16.317
Apuí	11%	10.595	7.412	18.007
Atalaia do Norte	36%	6.893	8.260	15.153
Autazes	16%	13.893	18.242	32.135
Barcelos	35%	11.157	14.561	25.718
Barreirinha	10%	12.418	14.937	27.355
Benjamin Constant	22%	20.138	13.273	33.411
Beruri	25%	7.778	7.708	15.486
Boa Vista do Ramos	8%	7.550	7.429	14.979
Boca do Acre	27%	19.348	11.284	30.632
Borba	16%	14.434	20.527	34.961
Caapiranga	15%	5.140	5.835	10.975
Canutama	30%	6.682	6.056	12.738
Carauari	28%	19.744	6.030	25.774
Careiro	14%	9.437	23.297	32.734
Careiro da Várzea	16%	1.000	22.930	23.930
Coari	17%	49.651	26.314	75.965
Codajás	19%	15.806	7.400	23.206
Eirunepé	33%	22.166	8.499	30.665
Envira	33%	10.552	5.786	16.338
Fonte Boa	25%	15.115	7.702	22.817
Guajará	32%	7.427	6.547	13.974
Humaitá	17%	30.501	13.726	44.227
Ipixuna	38%	9.499	12.755	22.254

Tabela 2 - Índices de Analfabetismo do Estado do Amazonas (população maior de 15 anos)

(continua)

Município	Analfabetismo entre jovens e adultos (%)	População do Município		
		Zona urbana	Zona rural	TOTAL
Iranduba	13%	28.979	11.802	40.781
Itacoatiara	9%	58.157	28.682	86.839
Itamarati	38%	4.472	3.566	8.038
Itapiranga	9%	6.451	1.760	8.211
Japurá	28%	3.298	4.028	7.326
Juruá	34%	5.686	5.116	10.802
Jutaí	28%	10.552	7.440	17.992
Lábrea	29%	24.207	13.494	37.701
Manacapuru	16%	60.174	24.967	85.141
Manaquiri	11%	7.062	15.739	22.801
Manaus	4%	1.792.881	9.133	1.802.014
Manicoré	17%	20.349	26.668	47.017
Maraã	18%	8.753	8.775	17.528
Maués	10%	25.832	26.404	52.236
Nhamundá	9%	7.010	11.268	18.278
Nova Olinda do Norte	13%	13.626	17.070	30.696
Novo Airão	15%	9.499	5.224	14.723
Novo Aripuanã	20%	14.074	7.377	21.451
Parintins	6%	69.890	32.143	102.033
Pauini	30%	9.264	8.902	18.166
Presidente Figueiredo	7%	13.001	14.174	27.175
Rio Preto da Eva	11%	12.205	13.514	25.719
Santa Izabel do Rio Negro	33%	6.856	11.290	18.146
Santo Antônio do Iça	21%	12.947	11.534	24.481
São Gabriel da Cachoeira	15%	19.054	18.842	37.896
Sao Paulo de Olivença	23%	14.263	17.159	31.422
São Sebastião do Uatumã	10%	5.904	4.801	10.705
Silves	8%	4.029	4.415	8.444

Tabela 2 - Índices de Analfabetismo do Estado do Amazonas (população maior de 15 anos)

(conclusão)

Município	Analfabetismo entre jovens e adultos (%)	População do Município		
		Zona urbana	Zona rural	TOTAL
Tabatinga	14%	36.355	15.917	52.272
Tapauá	31%	10.618	8.459	19.077
Tefé	14%	50.069	11.384	61.453
Tonantins	20%	8.899	8.180	17.079
Uarini	19%	6.795	5.096	11.891
Urucará	8%	9.886	7.208	17.094
Urucurituba	9%	10.448	7.389	17.837

Fonte: IBGE, 2010.

Os dados da Tabela 2 confirmam as discrepâncias entre a capital Manaus e os demais 61 municípios do estado. Os três municípios com o maior índice de analfabetos entre a população são: Itamarati (38%), Apuí (36%) e Juruá (34%). São 33.993 habitantes, contra os 1.802.014 da capital. Além disso, os índices de densidade populacional dos três municípios são 0,32, 0,33 e 0,56 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente.

Em um estado com tantas singularidades, não é de se espantar que os municípios mais distantes da capital possuam as maiores taxas de analfabetismo, uma vez que o acesso das políticas públicas a esses locais é também precário. É o caso, por exemplo, de Ipixuna, Guajará, Pauini, Itamarati, Juruá, Tapauá, todos com taxas acima de 30%, o que demonstra a necessidade de uma política que seja aplicável a estes locais. Outro ponto a se considerar são os municípios que possuem maior população indígena no Amazonas, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel do Rio Negro, que possuem a sua população rural igual ou maior que a população urbana. Como se vê, no caso específico do Amazonas, a capilaridade da oferta educacional é mesmo uma condição essencial, tendo em vista as características geográficas e populacionais do estado.

Para alfabetizar a essa peculiar população, o estado conta com duas iniciativas que se desenvolveram até o presente momento: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Ambas coordenadas pela Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC-AM). Elas serão aqui apresentadas, em função do recorte de cinco anos

(2012-2016). Ressalto aqui que os dados apresentados do PBA, dos anos de 2013 e 2014, são os utilizados, por serem estes os únicos anos em que o programa ocorreu no Estado, sob a gerência da SEDUC/AM. O programa só pode ocorrer quando autorizado pelo Governo Federal, sendo que nos demais anos, não houve esta autorização, ficando o Estado sem esta iniciativa.

É preciso explicitar que esta apresentação é desenvolvida em estreita relação com o objetivo principal deste trabalho, que defende a necessidade de uma política pública estadual de atendimento ao público analfabeto. Isso se concretiza por meio de dois pontos, em especial: a regularidade da oferta e as condições de se chegar às mais diversas localidades do estado. O princípio que rege essa organização é pragmático: se não se pode construir escolas em todos os municípios e suas áreas carentes para a oferta de educação regular, é preciso, então, que seja oferecida a educação em espaços não formais, de forma que o direito ao acesso seja garantido.

Iniciamos com uma comparação dos dados referentes à oferta da alfabetização, por meio da modalidade EJA, que representa a iniciativa ofertada em instituições educacionais formais da SEDUC-AM.

Tabela 3 - Comparativo da Modalidade de Oferta ao Público Analfabeto no Amazonas (2013-2014)

Modalidade de oferta	2013		2014	
	Municípios Atendidos	Número de turmas	Municípios Atendidos	Número de turmas
Alfabetização pelo ensino regular/EJA	13	17	9	11
Alfabetização pelo PBA	29	771	17	667

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Sistema Brasil Alfabetizado/SIGEAM (2016).

Os dados são claros e demonstram como a abrangência do PBA permite que um maior número de turmas, alunos e municípios seja contemplado. As características dos espaços não formais de educação, como centros comunitários e aldeias de pescadores, facilitam o acesso do público analfabeto aos locais de oferta. A partir disso, o que se apresenta como problemática é a dependência do estado em ofertar a educação, ao público analfabeto, em espaços não formais de educação somente quando ocorre o pacto federativo, para que haja o oferecimento do PBA, como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Turmas de alfabetização de adultos, por meio da educação popular (2012-2016)

Ano	Pacto federativo firmado - governo federal/governo estadual para o programa de alfabetização	Turmas de alfabetização por pressupostos de educação popular (PBA)
2012	NÃO	0
2013	SIM	771
2014	SIM	667
2015	NÃO	0
2016	NÃO	0

Fonte: Sistema Brasil Alfabetizado (2014).

Este número de turmas nos demonstra a capilaridade do programa, pautado em espaços não-formais para a sua realização, juntamente com a valorização do conhecimento local para a produção de novos conhecimentos, que se caracterizam como elementos intrínsecos a uma educação popular. Este dado consegue explicitar e reforçar que o público analfabeto necessita de outras formas de oferta, estando elas além das formais de ensino, pois, ao entender as noções continentais do estado do Amazonas, torna-se inviável pensarmos em construir escolas em todas as vilas, comunidades e aldeias para a oferta da necessidade básica de aprender a ler e a escrever. Como afirma Gadotti (2014, p. 14), “os analfabetos têm urgência, assim como têm urgência todos os vivem interditados dos seus direitos mais básicos”.

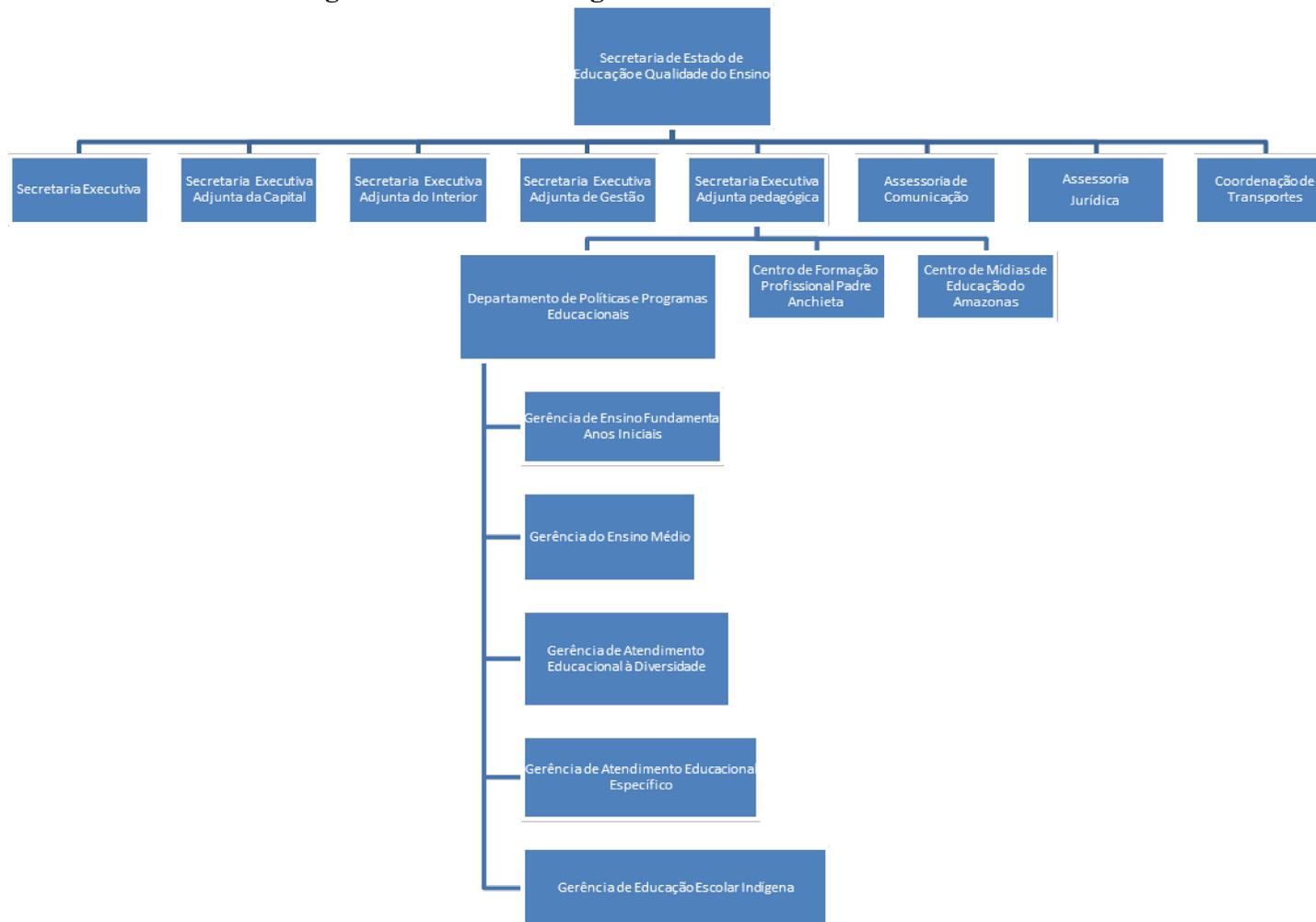
É preciso destacar que, apesar dos resultados significativos na implementação do PBA no Amazonas, pesam sobre eles alguns elementos que dificultaram a sua implementação: sua corresponsabilização entre os atores administrativos da instituição SEDUC/AM, sede e regionais; valores padrões para localidades diferentes; e, em especial, a necessidade de uma equipe técnica pedagógica para a execução e a avaliação dos processos educacionais. Estes impasses foram significativos, fazendo com que algumas dificuldades se apresentassem na execução do PBA no Amazonas.

Assim, é necessário que o estado possua alternativas próprias para esta modalidade de oferta. Podemos, por fim, questionar se somente a oferta de EJA nas escolas não seria o suficiente para atender a esta demanda. No entanto, os dados que serão discutidos a seguir nos fornecem subsídios para pensar que não.

1.2.1 O PBA no Amazonas

O PBA no Amazonas teve a sua primeira edição em 2012 e, para a sua implementação, foi criada, na SEDUC/AM, uma coordenação específica, denominada Coordenação Amazonas Alfabetizado (CAA). A CAA, ainda em atividade, é constituída por uma Coordenadora; uma Assessora Pedagógica e um Assessor Administrativo, além de quatro técnicos de apoio.

A CAA está ligada à Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade (GAED), responsável por todos os programas, projetos, ações e atividades relacionadas à modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. Na GAED, encontram-se os projetos ligados à educação do campo, Educação Jovens e Adultos, educação ambiental, além de programas para diversidade de gênero, quilombolas, negritude e aoutros. Essa gerência é subordinada ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), responsável pela Educação Básica, e que também agrega as especificidades da Educação Escolar Indígena e do Atendimento Educacional Específico. O DEPPE é responsável por garantir a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais, bem como fazer com que as gerências sob sua jurisdição agreguem informações e projetos que garantam a permanência e o sucesso do aluno na escola e na rede estadual do Amazonas. O DEPPE está subordinado à Secretaria Adjunta Pedagógica (AMAZONAS, [2017]). A Figura 1 ilustra essa estrutura organizacional.

Figura 1 - Estrutura organizacional da SEDUC Amazonas

Fonte: Elaborado pela autora.

A Coordenação do Programa Amazonas Alfabetizado é responsável pela adesão das secretarias municipais ou entidades sociais; recrutamento dos estudantes; monitoramento das ações; cadastramento e pagamento de bolsas. Nos dois anos de funcionamento (2013/2014), foram feitas chamadas públicas para a adesão de entidades na capital. No interior, foram realizadas conferências via Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), com os Coordenadores Regionais de Educação da SEDUC/AM, para a divulgação e o cadastro de instituições parceiras e matrículas de alunos.

Para tanto, foram obedecidos os números mínimos e máximos estabelecidos de alfabetizando por turmas. São eles, respectivamente, na Zona Rural de 10 a 25 alfabetizando; e na Zona Urbana, de 15 e 25 alfabetizando. Essa quantidade foi estabelecida pela Resolução vigente na época, sendo que a cada ano de execução, há uma nova resolução. Ou seja, não há uma resolução fixa, apenas alguns padrões pertinentes. Assim, foram cadastrados os alfabetizadores e coordenadores para o recebimento de bolsa.

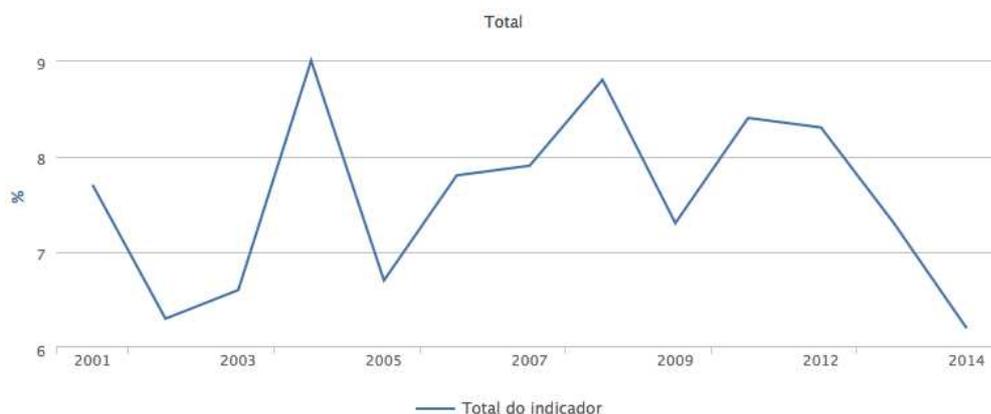
Tabela 5 - Dados Gerais do PBA Amazonas nos Ciclos 2012 e 2013

PBA/ AMAZONAS	CICLO 2013	CICLO 2014	TOTAL
COORDENADORES	108	130	238
ALFABETIZADORES	669	666	1.335
ALFABETIZADOS	6.402	6.736	13.138
NÃO ALFABETIZADOS	6.630	4.610	11.240

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Sistema Brasil Alfabetizado.

Esta tabela geral de dados demonstra um grande número de pessoas que não alcançaram a alfabetização, o que evidencia, entre outros fatores já citados, um maior monitoramento das aulas pelos alfabetizadores. No decorrer desse trabalho, veremos que os números de municípios atendidos nos ciclos do PBA são relevantes para que haja melhor acompanhamento das atividades.

O Gráfico 1 traz a variação da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em um intervalo de 13 anos, no Estado do Amazonas.

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Amazonas

Fonte: PNAD/IBGE (2014).

Apesar de esses dados oferecerem uma ilustração da situação mais atualizada em todo o Estado, há que se considerar que essas informações foram obtidas de forma amostral pelo IBGE e, no Amazonas, as diferenças regionais são muito dilatadas, de forma que o Censo-2010 ainda se constitui como a forma mais precisa de entender a realidade do analfabetismo nas regiões. Um exemplo disso é que ainda não há uma hipótese razoável para os picos e depressões do gráfico. Contudo, é nítido que, após a implantação do PBA, com as primeiras turmas em 2013, parece haver uma tendência de queda nas taxas.

Foram necessárias algumas adaptações do PBA para a sua realização nos Amazonas, como, por exemplo: a existência de cadastradores, responsáveis por toda a inclusão de locais, coordenadores alfabetizadores e alunos no Sistema Brasil Alfabetizado do MEC; e maior equipe de monitoramento central e regional. Porém, essas alterações não destoaram dos parâmetros estipulados nos documentos normativos do PBA, de modo que não caracterizaram um desvio do desenho geral do programa.

É por meio do PBA, para além das características da EJA, que por ora se tem a única forma de atendimento ao público analfabeto no estado do Amazonas. O PBA, concebido sob essa definição de educação popular, significou para o Amazonas a possibilidade de atender às especificidades regionais. A partir disso, o Capítulo 2 trará uma análise do PBA no estado, enfatizando os aspectos considerados vitais para o sucesso de uma política estadual de alfabetização de adultos. Alguns dos pontos que serão avaliados, a seguir, são: a forma de recrutamento e o público atendido; a organização das atividades didáticas; e o monitoramento das ações. Esse arranjo se justifica, na medida em que se defende que o enfoque na educação po-

pular e a capilaridade estabelecida pelo PBA podem servir de arcabouço para a construção de uma proposta estadual autônoma.

Dessa forma, retomamos as ideias iniciais desse caso de gestão, afirmando que a problemática desse trabalho perpassa pela dependência do estado em atender a esse público analfabeto somente quando é estabelecido o pacto federativo entre o governo federal e o estadual. É necessária, então, uma reflexão sobre a implementação do PBA no Amazonas, de forma a entender os seus acertos e erros, para que seja possível construir uma política própria de atendimento para o estado.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO AMAZONAS

É oportuno destacar que o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) faz parte de ações do governo brasileiro, estando ele alinhado às políticas educacionais voltadas para jovens e adultos, que remontam as primeiras décadas do século XX. A partir de então, tal iniciativa foi construída e reconhecida como uma modalidade na educação formal, enquanto direito social fundamental do cidadão.

Segundo Haddad e Ximenes (2014, p. 234):

A educação de pessoas jovens e adultas veio sendo reconhecida como um direito desde os anos 1930, ganhando relevância com as campanhas de alfabetização das décadas de 1940 e 1950, com os movimentos de cultura popular dos anos 1960, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral e o Ensino Supletivo dos governos militares e a Fundação Educar da Nova República.

No decorrer do século XX e primórdios do século XXI, a educação de jovens e adultos, simbolicamente conhecida como “EJA”, toma uma dimensão política que alcança níveis de responsabilidades pública do Estado, configuradas em ações ainda presentes no momento atual.

O reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos, na Constituição Brasileira (I, art. 208, 1988), representou um grande avanço na garantia do ensino fundamental “obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Inserido neste contexto da legislação brasileira, o PBA se configura, na atualidade, como o maior responsável pelo atendimento ao público analfabeto no Brasil.

Especificamente no Amazonas, o PBA foi formatado e renomeado, porém, sem perder sua essência, como programa “Amazonas Alfabetizado”, em função dos altos índices de analfabetismo no Estado.

Apesar de os números apresentarem uma queda, eles continuam preocupantes, principalmente ao considerar a diversidade de sua população e as necessidades regionais. A análise deste caso de gestão se ampara em documentos normativos, legislação, relatórios, planilhas e dados relacionados aos registros principais do PBA no Estado.

Com base no que foi descrito no primeiro capítulo, essa segunda parte do caso se constitui em uma análise que visa responder à questão norteadora delimitada para a presente pesquisa: quais elementos do Programa Brasil Alfabetizado podem contribuir para o desenho

de uma política estadual de alfabetização de adultos no Amazonas? Essa análise será focada em pontos principais do desenho/implementação do PBA no estado, a saber: formas de recrutamento entre a população de 15 anos ou mais; capilaridade e público atendido pelo programa; formas de monitoramento; e organização didática.

É oportuno salientar que o percurso da análise se desenvolveu a partir da análise de documentos com valores primários, inerente à criação do documento, e com valores secundários, que se referem à guarda permanente do documento. Além disso, foram estudadas pesquisas localizadas em sistemas de gerenciamento, nos níveis estadual e nacional.

A nível nacional, os sistemas utilizados para as análises documentais e captação de informações foram os Dados de Referência do IBGE (2010) / PNAD e o Sistema Brasil Alfabetizado (SBA). A nível estadual, utilizou-se o Sistema Informatizado de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM). O Sistema Brasil alfabetizado é um sistema gerenciado pelo MEC, que disponibiliza somente à coordenação estadual os dados sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Nesse sentido, ressalto aqui que os dados coletados neste sistema foram solicitados à coordenação estadual, que repassou as informações via email ou por escrito. O SIGEA é um sistema de gestão informatizado da SEDUC – AM, responsável pelo envio de dados do CENSO ESCOLAR, a qual qualquer servidor pode solicitar uma senha para ter acesso de consulta de dados, perfil este que utilizei para constituir tabelas referentes aos dados sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Fonseca (2002):

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, o Capítulo 2 se divide, além dessa apresentação, em quatro outras seções, que buscam contextualizar, mesmo que de forma breve, a perspectiva da educação popular como metodologia da alfabetização de adultos. Além disso, procura-se discutir sobre como se deu o recrutamento e o atendimento aos analfabetos no Amazonas, por meio do PBA, bem como refletir sobre as formas de monitoramento adotadas e a organização didática do programa em sua implementação no Estado do Amazonas.

2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PERSPECTIVA PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O analfabetismo é definido como a inabilidade de jovens e adultos para a leitura e a escrita. Para Soares (1998), o analfabetismo é a condição daquele que não sabe ler nem escrever. Frago (1993, p.16) conceitua o analfabetismo de outra forma: “o analfabetismo é consequência da ausência do processo de alfabetização”. A definição emancipadora de Freire (1985) descreve esta condição com o valor histórico, cultural e social, quando designa o analfabetismo como “uma dentre as diversas expressões concretas de uma realidade social injusta”. Gadotti (2014) reforça a ideia de uma formação para os que ainda não possuem habilidades de leitura e escrita, evidenciando que este processo é de coesão social, de forma que seja garantida a sustentabilidade de um país, pautado na equidade e na garantia de direitos dos seus cidadãos.

A partir dessas concepções, a alfabetização é pensada em duas frentes: os que estão na idade certa e os que ainda precisam ter assegurado o direito à educação. Assim, o tema da alfabetização, de maneira geral, tem se destacado na agenda das políticas públicas brasileiras. Revisitando o PNE 2014-2024, duas metas desse importante documento normativo foram especificamente dedicadas à alfabetização: meta 5, que propõe alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do ensino fundamental; e meta 9, que estabelece como diretriz a elevação da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais até 2015, bem como erradicar o analfabetismo absoluto até 2024 e reduzir o analfabetismo funcional.

Em âmbito regional, o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE-AM) trata também, em sua meta 9, da redução do analfabetismo, estabelecendo a seguinte estratégia: “9.18 Reconhecer a Educação Popular como política pública para a execução efetiva do direito à Educação, entendendo como Educação Popular as práticas educacionais, tanto da cidade, quanto do campo, organizadas pelos movimentos sociais” (AMAZONAS, 2015, p.78).

A incorporação da perspectiva da educação popular no PEE-AM é coerente com o que vem sendo diagnosticado pela SEDUC/AM, em relação ao acesso à alfabetização de jovens, adultos e idosos. A contribuição da educação popular, como parte significativa para a escolarização de adultos, se consolida a partir da visão emancipadora que o conceito agrega. A educação popular é, assim, “uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, comprometida com os interesses e a emancipação das classes subalternas” (PALUDO, 2001, p. 82). Nesse contexto, Freitas (2007, p. 50), apoiando-se em Freire (1976), Manfredi (1980) e

Freitas (1998), busca mostrar que a escolarização de jovens e adultos e a educação popular estão ligadas historicamente.

Aquela concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuísse para que estas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas ao poderem “ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo” (FREIRE, 1976). Esta – a educação popular – era concebida como um instrumento de libertação das classes subalternas, exploradas e expulsas da mínima condição de sobrevivência digna e humana (MANFREDI, 1980) (FREITAS, 1998).

A partir da relação explorada por Freitas (2007), torna-se relevante compreender que a educação popular, nas décadas de 1960 e 1970, tornou-se bandeira de diversos movimentos sociais, em que a alfabetização, no seio do arcabouço teórico-metodológico proposto por Paulo Freire, foi considerada um pilar da busca pela emancipação da população desfavorecida.

Com base no que foi exposto, fica claro que o conceito de educação popular, que interessa à proposta de política que aqui se pretende, tem como ponto de partida a alfabetização, sendo ela também uma possibilidade de modificação social. Por isso, já houve, até mesmo, certa resistência, por parte do poder público, acerca da adoção de regimes de colaboração com ONGs e, até mesmo, municípios. Como nos lembra Gadotti (2008, p 102), “o analfabetismo não será eliminado sem a mobilização da sociedade. Para isso o envolvimento do fortalecido movimento brasileiro de educação popular e de adultos é fundamental”.

Ainda como concepção dessa prática alfabetizadora, é necessário destacar dois processos metodológicos importantes: um processo sistemático de escolarização e outro de referencial emancipador, em que se destaca a educação popular. No entanto, quaisquer que sejam as políticas públicas oferecidas para esse público, o seu modelo deve garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos cidadãos atendidos.

2.2 RECRUTAMENTO E PÚBLICO ATENDIDO PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO AMAZONAS

A metodologia do Programa Amazonas Alfabetizado, nome assumido pelo PBA no Estado, procurou trazer um maior ganho para essa região, levando em consideração a utilização de espaços não formais para a educação. No caso específico do Amazonas, a capilaridade de atendimento, como já mencionado e reiterado, é uma condição especial para uma política de alfabetização de jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, os pactos internacionais, firmados

pelo Brasil, já previam a necessidade de atender a esse público: Devem ser fomentadas ligações mais estreitas entre abordagens formais, não formais e informais da aprendizagem, de forma a atender às diversas necessidades e circunstâncias dos adultos (UNESCO, 2001, p. 19).

A partir disso, o Amazonas iniciou a implementação do PBA, a partir de uma ampla divulgação na cidade de Manaus, buscando atender aos municípios que possivelmente tivessem interesse em ofertar a iniciativa. Essa divulgação aconteceu com o lançamento do programa pelo Governador do Estado. Nessa época, na capital, foram realizadas entrevistas por jornais locais e rádios da cidade de Manaus e pela rede interna da SEDUC (e-mails e chamadas via CEMEAM). Esse movimento se efetivou, no entanto, via relação entre a Coordenação Geral do PBA e as coordenações distritais e regionais da SEDUC/AM, o que delimitou, de alguma forma, a abrangência do atendimento.

O objetivo maior, principalmente no interior, era que houvesse, por parte da coordenação Regional, uma divulgação, com foco nas prefeituras, cooperativas e associações, com o objetivo de atrair alunos, utilizando-se dos meios de comunicação existentes naquele local, como a rádio, a TV e o jornal. No interior, a forma de divulgação e cooperação foi feita apenas pelas escolas estaduais daqueles municípios e, por vezes, de iniciativas sindicais. Isso demonstra, mais uma vez, a necessidade de se ter um pacto federativo entre Estado e prefeitura, além de haver uma equipe de assessoramento, capaz de auxiliar os municípios nestas conjunturas, garantindo as articulações necessárias para a redução do público analfabeto na sua localidade.

É importante ressaltar que esse momento de adesão requer articulação por parte dos governantes e dirigentes de Manaus e do interior do Estado, para que possa ser firmado um pacto de atendimento, além de compromissos para o alcance de metas estabelecidas, no que tange a alfabetização de adultos. Porém, esta rede não foi observada durante os ciclos de realização do PBA no Amazonas e, nesse sentido, o contato e a constituição de turmas ficou a cargo da própria Coordenação Local do PBA, que era composta por 1 coordenador geral; 1 assessor administrativo; 1 assessor pedagógico; e dois técnicos de suporte para cada assessor. todos estes servidores são do quadro efetivo da Secretária Estadual de Educação. Dessa forma, não havia, por parte da própria SEDUC – AM, a responsabilização global para os resultados do programa.

A Tabela 6 mostra os municípios atendidos no Estado nos dois únicos ciclos de oferta do PBA.

Tabela 6 - Municípios atendidos pelo PBA no Amazonas (2012/2013)

Ciclo 2012	Alunos atendidos	Ciclo 2013	Alunos atendidos
Alvaraes	233	Atalaia do Norte	56
Amaturá	221	Eirunepé	670
B. Constant	1024	Envira	229
B.V. dos Ramos	164	Guajará	434
Barreirinha	89	Ipixuna	81
Beruri	369	Itamarati	189
Boca do Acre	110	Jutaí	87
Borba	354	Lábrea	658
Canutama	286	Manacapuru	190
Careiro	53	Manaus	8413
Coari	748	Maués	84
Itapiranga	30	Nhamundá	249
Iranduba	317	Santa Isabel	14
Itacoatiara	440	S. Paulo de Olivença	71
Japurá	115	Tefé	137
Manacapuru	1766	Tonantins	174
Manaquiri	257	Urucará	116
Manaus	4351	*****	*****
Manicoré	256	*****	*****
Nova Olinda do Norte	79	*****	*****
Novo Airão	102	*****	*****
Novo Aripuanã	127	*****	*****
Parintins	429	*****	*****
Pres. Figueiredo	142	*****	*****
Rio Preto da Eva	107	*****	*****
Silves	162	*****	*****
Tabatinga	257	*****	*****
Tapauá	390	*****	*****
Urucurituba	51	*****	*****
TOTAL	13029	TOTAL	11852

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Sistema Brasil Alfabetizado.

É possível observar que apenas dois municípios, Manaus e Manacapuru, ofertaram a alfabetização nos dois momentos. Apesar das disparidades em relação ao tamanho e contar

com outros meios de acesso à alfabetização, Manaus foi o município que apresentou mais alunos nesses dois anos. Rodrigues (2011) enfatiza que a continuidade e o sucesso de uma política pública se concretizam com o envolvimento de diversos dos seus atores.

[...] a eficácia das políticas públicas depende do grau de eficiência da gestão – o que, por sua vez, implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas, também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política (RODRIGUES, 2011, p. 24).

Tomando esse como o primeiro desafio superado para implementação do programa, fez-se necessária a ampla articulação entre os entes federados, principalmente os estaduais e municipais, ou seja, entre a SEDUC-AM e SEMEDs (Secretarias Municipais de Educação). Dessa forma, os municípios que funcionavam como unidades descentralizadas do programa puderam contar com essas parcerias, significando o combustível para que o professor, os materiais e a alimentação chegassem às comunidades rurais. É importante salientar que, em muitos casos, as próprias comunidades ou organizações não governamentais se responsabilizavam por essa ação.

Para os municípios destacados em verde no Quadro 1, os materiais de suporte foram entregues por via terrestre e de modo mais rápido, pois estes municípios fazem parte da zona metropolitana da cidade de Manaus. Para todos os outros municípios, os materiais escolares, didáticos e pedagógicos foram enviados de barco, o que, às vezes, acarretou em certa demora na chegada deste material ao local de destino. Além disso, alguns municípios arcavam com este custo, ficando a cargo da SEDUC-AM apenas a entrega, bem como a chegada deste material até a comunidade rural do município.

Na realização do Ciclo 2013, optou-se por atender municípios mais distantes da capital, por haver o entendimento de que nestes municípios, o índice de analfabetismo eram os mais altos do Estado. Não houve, por parte das prefeituras municipais, quaisquer auxílios para a execução do Programa Amazonas Alfabetizado nessas localidades. A alimentação era enviada também por barco, porém, isso mudou no decorrer do programa, optando-se por se repassar recursos à coordenadoria regional, que prestava contas posteriormente. Dessa forma, conseguiu-se estabelecer uma rotina de execução que perdurou por todo o processo.

È fundamental que as políticas educacionais, delineados para o contexto do Amazonas, assegurem as condições para que as suas comunidades ribeirinhas e municipais possam receber, de igual forma, o capital, os materiais, e outros insumos em tempo hábil. Somente assim, o tripé de acesso, permanência e sucesso poderão ser atingidos.

Para a consolidação de uma política educacional efetiva, como citado nesta sessão, a parceria entre instâncias governamentais é um fenômeno crucial. Para isto, é necessária uma proposta de implementação de ações que busque minimizar os índices de analfabetismo no Estado do Amazonas. Para tanto, é essencial, a constituição de um “setor” que se atente para os movimentos no âmbito da alfabetização, sendo ele responsável por monitorar, avaliar e propor ações, tornando a prática educacional mais efetiva.

2.3 A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS E O MONITORAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

A equipe de Suporte Pedagógico do programa na SEDUC/AM era composta por uma Assessora Pedagógica e uma pessoa de apoio, sendo que esta pessoa também fazia parte do quadro efetivo da secretaria de educação, podendo ser um professor ou pedagogo. Este profissional atuava com o assessoramento direto ao setor pedagógico, além de ser responsável pelo envio de emails, distribuição e recolhimento de materiais pedagógicos, organização de eventos relacionados ao programa e monitoramento da realização das aulas do programa, via contato direto com os coordenadores alfabetizadores. Pela natureza da atividade, considerava-se que uma pessoa não era suficiente para acompanhar e orientar a todos os coordenadores e, dessa forma, eram necessárias mais pessoas.

Essa equipe era responsável pela estruturação e realização das formações, ofertadas aos alfabetizadores, bem como todo o acompanhamento das ações do programa e orientação aos coordenadores e alfabetizadores. Para esta ação, a equipe segue como orientação o documento disponibilizado pelo MEC, denominado como: “Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e Alfabetizadores” (BRASIL, 2011).

O Manual destaca a complexidade e a obrigatoriedade de todos coordenadores e alfabetizadores passarem por momentos formativos, pois:

[...] a formação deverá ser compreendida e desenvolvida em um processo contínuo no qual os coordenadores de turmas e os alfabetizadores do PBA participam de uma formação inicial em período que antecede o início das turmas de alfabetização, e permanecem em processos de formação continuada durante todo o período em que estiverem envolvidos em práticas educativas no âmbito do programa (BRASIL, 2011, p. 13).

Foi um desafio para o Estado do Amazonas realizar esta formação com todos os Coordenadores e Alfabetizadores de forma presencial, de modo que a coordenação optou por uma estratégia de atendimento, utilizando-se de multiplicadores. Estes multiplicadores eram professores ou pedagogos, servidores da secretaria de educação ou não, que deveriam apresentar currículo para comprovar a participação como formador de professores. Assim, na capital, todos os coordenadores regionais e alfabetizadores participavam das formações, diretamente com a equipe da Coordenação Geral. Os formadores da coordenação também ministravam a formação para os multiplicadores que, por sua vez, repassavam as diretrizes aos alfabetizadores do interior do Estado.

A formação cumpriu a carga horária mínima estipulada de 40 horas, além de considerar a diversidade da população atendida, como também os conceitos que sustentam a perspectiva da Educação de Jovens e Adultos. Sobre isso, assim enfatiza o referido Manual: “a formação de educadores para a EJA é um campo vasto e heterogêneo, com múltiplos sujeitos, com atuações e trajetórias de formação variadas que incluem tanto educadores populares como profissionais do ensino com elevada escolaridade formal” (BRASIL, 2011, p. 13).

A formação sugeriu também as articulações sociais para que o público analfabeto pudesse ter acesso. Nesse sentido, enfatiza essa articulação como um processo contínuo, responsável por contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem:

[...] a formação inicial deverá possibilitar conhecer concepções e respectivas metodologias para a ação alfabetizadora, discutindo conteúdos que subsidiem o preparo para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, esclarecendo a articulação e a relação com outras ações (fomento à leitura, projeto Olhar Brasil, obtenção do registro civil, dentre outras) voltadas à melhoria da qualidade da alfabetização de jovens, adultos e idosos. Estas ações deverão ser abordadas durante todo o período do processo (BRASIL, 2011, p. 14).

Cabe aqui ressaltar a dificuldade na execução dessa ação, tendo em vista que ela necessitava da articulação de instâncias hierarquicamente superiores à coordenação estadual, principalmente para a aquisição de insumos e, até mesmo, em alguns outros aspectos sociais, como é o caso daqueles indivíduos ainda sem registro civil. Nesse contexto, seria necessário um acordo mínimo entre instituições, ressaltando que essas ações eram periféricas, frente ao objetivo final do PBA.

Após a formação inicial de coordenadores e alfabetizadores, para que se pudesse construir um plano de ação pedagógica pertinente à realidade de cada turma, era aplicado um Teste Diagnóstico de Entrada, envolvendo matemática, leitura e escrita. Este teste era aplicado

como atividade inicial dos alfabetizadores em suas turmas. A partir dos resultados as aulas eram planejadas.

É importante ressaltar que também foi articulada uma formação continuada, como forma de dar continuidade a conceitos e reflexões que contribuíssem para os melhores resultados em um Teste Diagnóstico de Saída. A aplicação do primeiro teste era monitorada pela equipe de coordenação Estadual, que treinava os coordenadores para o lançamento desses dados no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA). Além disso, esse lançamento era também a condição para a liberação da primeira parcela de pagamento aos alfabetizadores e coordenadores.

A formação continuada se mostrou parte essencial do processo, pois ela enfatizava os subsídios orientadores para a continuidade da ação pedagógica no processo de alfabetização. As diretrizes, nesse sentido, destacam que:

Na **formação continuada**, embora os conteúdos da formação inicial sejam aprofundados, será importante buscar o **aperfeiçoamento da ação alfabetizadora** com base na **análise das práticas desenvolvidas** e nos **resultados da avaliação cognitiva** (diagnóstica e processual) dos alfabetizandos, pois os resultados obtidos apontarão os níveis nos quais se encontram os sujeitos, exigindo a elaboração de propostas adequadas às suas necessidades (BRASIL, 2011, p. 15).

Essa formação continuada foi direcionada preferencialmente aos coordenadores regionais e locais. No entanto, em Manaus, foi possível que se reunissem também os alfabetizadores. Para o interior do estado, essas formações aconteciam via Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), que permite a interação, em tempo real, com os coordenadores e alfabetizadores dos municípios. Dessa forma, foram realizadas todas as intervenções pedagógicas e administrativas para o interior.

As atividades didáticas deveriam contemplar as atividades estabelecidas nas matrizes referenciais que possuem conceitos a serem trabalhados nas áreas de matemática e leitura escrita. Estes conhecimentos estabelecidos norteavam todas as ações didáticas: “para cada um desses conhecimentos, procuramos destacar as competências básicas, ou seja, as grandes tarefas que mobilizam esses conhecimentos e que, ao mesmo tempo, fazem-nos adquiri-los e nos apropriar mais e mais deles” (BRASIL, 2007, p. 6).

Com essa compreensão, as atividades didáticas eram planejadas e desenvolvidas, a partir das matrizes de referência, propostas para as áreas de matemática, leitura e escrita. O Quadro 1 mostra a matriz de referência proposta no programa para a área de matemática.

Quadro 1 - Matriz de Referência Proposta para a Matemática

Conhecimentos	Competências
Números	1. Realizar contagens
	2. Reconhecer os algarismos
	3. Ler números
	4. Escrever números
	5. Comparar números
Operações	6. Resolver problemas envolvendo adição e subtração
	7. Resolver problemas envolvendo multiplicação
	8. Resolver problemas envolvendo divisão
	9. Resolver problemas envolvendo adição e multiplicação associadas.

Fonte: Matriz de Referência do PBA/MEC-2007/Organizado pela autora.

O Quadro 2, a seguir, apresenta a matriz de referência proposta para a área de Leitura e Escrita no PBA.

Quadro 2 – Matriz de Referência Proposta para a Leitura e a Escrita

Conhecimentos	Competências
Característica do sistema da escrita	1. Dominar conhecimentos que concorrem para a apropriação da tecnologia da escrita
Codificação	2. Escrever palavras
Decodificação	3. Decifrar com maior ou menor fluência
Usos sociais da escrita	4. Implicações do suporte e do gênero na compreensão de textos
Compreensão	5. Compreender informações em textos de diferentes gêneros.

Fonte: Matriz de Referência do PBA/MEC-2007/Organizado pela autora.

As atividades eram monitoradas por instrumentos de acompanhamento pedagógico, construídos pela Coordenação Estadual. Estes documentos procuravam registrar as aulas e a evolução dos alunos. Assim, avaliavam-se os planos de aula, boletins bimestrais e fichas de acompanhamento (Anexos A e B) nas competências descritas nas matrizes. Porém, o monitoramento era tímido, tendo em vista que a coordenação geral, na maioria das vezes, procurava se pautar em documentos entregues pelos coordenadores de maneira física ou eletrônica, como e-mails, para os municípios do interior de Estado.

Destacamos que as formações e ações de alfabetização se pautaram nos princípios de dialogicidade e a formação do fazer pensar, caracterizando o pensamento Freireano, em relação à aprendizagem de jovens, adultos e idosos.

Encontramos, no modelo do Programa Brasil Alfabetizado, uma perspectiva contundente para o Estado do Amazonas. No entanto, é necessário também evidenciar a necessidade de maior fortalecimento de sua ação pedagógica e monitoramento, por meio de recursos humanos, insumos e infraestrutura para as coordenações locais. Somente assim conseguir-se-ia

dar o aporte necessário aos alfabetizadores. É sobre este e outros desafios que tratará a próxima seção, em que faremos uma síntese dos principais fatores que dificultaram a implementação dessa política, tão cara para o desenvolvimento social deste estado.

2.4 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PBA NO AMAZONAS

Nesta sessão, à luz da experiência da realização do PBA no Amazonas nos anos de 2012 e 2013, buscar-se-á elucidar os principais entraves para a efetividade desta política. A partir disso, será feita a elaboração do PAE, em que será estruturado o desenho de uma política estadual de alfabetização de adultos.

a) Desafio 1 – O acesso como um direito à alfabetização

Para a população amazonense e de acordo com suas especificidades, torna-se cada vez mais evidente a questão do acesso aos cursos de alfabetização. Oportunizar o acesso é, com certeza, o maior desafio para o estado do Amazonas, considerando aqui primordial que esta oferta alcance a população analfabeta que, em grande parte das vezes, está na zona rural dos municípios. Assim também procede, no que diz respeito à garantia de materiais para que as aulas aconteçam como planejado pelos alfabetizadores. Um ponto a se destacar se constitui no fato de que a divulgação (ou recrutamento do público-alvo) e o principal acompanhamento ficou a cargo dos municípios. Com isso, é possível que o levantamento da demanda não tenha sido executado de forma satisfatória. Um indício disso pode ser encontrado nos dados das Tabelas 7 e 8, que demonstram os números de analfabetos (IBGE, 2010) dos municípios atendidos nos ciclos do PBA 2012/2013, respectivamente, em relação ao número de turmas de alfabetização do programa ofertado nas localidades, considerando as zonas urbanas e rurais.

Tabela 7 - Comparativo entre o número de analfabetos e o número de turmas do PBA no ciclo de 2013

(continua)

Municípios	Analfabetos		Turmas PBA	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Alvarães	578	1.026	6	7
Amaturá	366	923	5	10

Tabela 7 - Comparativo entre o número de analfabetos e o número de turmas do PBA no ciclo de 2013

(conclusão)

Municípios	Analfabetos		Turmas PBA	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Barreirinha	522	1.062	0	2
Benjamin Constant	2.079	2.246	35	23
Beruri	886	1.308	14	7
Boa Vista do Ramos	309	390	6	3
Boca do Acre	2.844	2.403	4	4
Borba	1.051	2.283	16	7
Canutama	1.066	1.456	1	26
Careiro	521	2.356	0	4
Coari	4.306	3.843	40	6
Iranubá	2.135	1.298	5	15
Itacoatiara	2.758	2.343	21	7
Itapiranga	314	132	2	0
Japurá	262	946	8	0
Manacapuru	5.211	3.163	77	29
Manaquiri	342	1.164	8	9
Manaus	48.016	935	212	26
Manicoré	1.488	3.455	10	9
Nova Olindado Norte	946	1.506	2	4
Novo Airão	694	764	7	0
Novo Aripuanã	1.272	1.419	7	0
Parintins	2.345	1.502	14	8
Presidente Figueiredo	421	865	4	7
Rio Preto da Eva	704	1.223	4	3
Silves	106	290	5	5
Tabatinga	2.071	2.551	11	0
Tapauá	1.507	2.051	18	7
Urucurituba	564	450	3	0
TOTAIS	85.684	45.353	545	228

Fonte: SBA- Sistema Brasil Alfabetizado – Organizado pela autora

Tabela 8- Comparativo entre o número de analfabetos e o número de turmas do PBA no ciclo de 2014

Municípios	Analfabetos		Turmas PBA	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Atalaia do Norte	518	2.112	4	0
Eirunepé	2.987	3.585	31	14
Envira	977	4.181	11	5
Guajará	1.048	2.321	18	9
Ipixuna	975	2.867	3	3
Itamarati	562	1.911	3	8
Jutaí	1.018	3.788	4	2
Lábrea	3.485	3.182	16	0
Manacapuru	4.973	4.378	10	0
Manaus	55.861	1.235	393	64
Maués	1.126	2.277	3	3
Nhamundá	283	1.035	0	15
Santa Isabel	286	1.934	1	0
São Paulo de Olivença	1.084	3.904	0	10
Tefé	4.447	3.026	4	5
Tonantins	370	2.051	5	14
Urucará	418	946	7	0

Fonte: SBA- Sistema Brasil Alfabetizado – Organizado pela autora.

Podemos identificar nas tabelas, grafados em cinza, que poucos municípios possuem a população analfabeta maior quantidade na área urbana, reafirmando a necessidade da oferta na zona rural dos municípios. Em negrito também destacamos os municípios que não abriram sequer uma turma para o atendimento na zona rural, como é o caso de Atalaia do Norte, que possui um elevado número de analfabetos em sua zona rural.

b) Desafio 2 - Efetividade no monitoramento técnico-pedagógico

Como já citado neste trabalho, a operacionalização do PBA requer um corpo de coordenação para que possa receber e responder às demandas necessárias para a sua execução. Nos ciclos analisados, é frágil esta perspectiva de monitoramento, sendo necessário dar robustez à coordenação.

No PBA, essa operacionalização ficou à cargo da Coordenação Geral. Na SEDUC AM, funcionava o cadastramento no sistema de pagamento de bolsas, bem como no sistema de cadastro de turmas, coordenadores, alfabetizadores e alfabetizandos. Além disso, a Coordenação Geral também se ocupou do suporte para a constituição das turmas nos municípios. Dessa forma, mostrou-se a necessidade de duas equipes: uma para recrutamento, ou seja, divulgar localmente este programa e promover matrículas; e outra para o cadastramento destes no sistema, pois só é possível realizar a formação após o cadastramento e o “aprove” do MEC. Somente após essas etapas, a turma é autorizada, sendo que posteriormente, os seus coordenadores e alfabetizadores participam da Formação inicial antes do início das aulas. Este tempo é crucial para a consolidação dos números de alfabetizandos nas turmas, evitando que haja a desistência pelo não início das aulas.

A equipe pedagógica, parte integrante da Coordenação Geral, conseguiu elaborar alguns documentos para o acompanhamento das turmas e da evolução dos alfabetizandos (anexo). No entanto, não havia forma de analisar esses documentos e, dessa forma, esse processo se tornou meramente burocrático.. Nos municípios, não havia uma pessoa que pudesse se dedicar com exclusividade para o programa. Em sua maioria, eram profissionais designados pelas Coordenadorias Regionais para o acompanhamento e, dessa forma, o projeto passava a ser um “fardo” para quem o acompanhava. Foram raros os casos em que coordenadores entenderam a proposta do PBA como uma modalidade educacional que necessitava de atenção e monitoramento. Nesse sentido, o fato de não ser possível gratificar um coordenador regional do PBA dificultava a comunicação entre a coordenação geral e local.

Este desafio se relaciona diretamente com o corpo do programa e traz impactos significativos nos resultados. É fundamental que a organização do PBA tenha material humano e subsidie o funcionamento das coordenações locais, de forma que o programa possa ser concluído com êxito.

c) Desafio 3 - Formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores regionais/locais

A formação destacada aqui como um desafio expõe a necessidade de uma formação atenta às especificidades locais, que esteja atrelada aos princípios do PBA. É necessário que se reforce, na formação, para coordenadores e alfabetizadores, a necessidade de adentrar o conteúdo ao contexto que se está inserido. Assim, o atendimento a grupos diferenciados - indígenas, privados de liberdade, ribeirinhos, extrativistas e outros - deve permitir que esses

alunos identifiquem, no seu cotidiano, o conteúdo ali representado. Nesse sentido, a formação inicial, realizada na capital e reproduzida por multiplicadores, pode não alcançar os objetivos e especificidades esperados. Além disso, as formações continuadas, ao acontecerem somente por mediação tecnológica, também prejudicaram o trabalho.

A formação continuada, conforme estabelecido no desenho do PBA, estava voltada para os coordenadores de turma e esses, por sua vez, são os responsáveis por aproximar os alfabetizadores dos conceitos e possibilidades de intervenções na prática pedagógica. Para que os coordenadores assumam esta postura de segurança frente ao seu papel, a equipe de coordenação geral precisa instrumentalizá-los, de forma que possam articular com os alfabetizadores a dialogicidade necessária entre a prática, o conteúdo e o contexto.

O desafio 3 está intrinsecamente ligado ao desafio dois, estando eles conectados, pois sem pessoas e envolvimento, não há responsabilização. Assim, o desafio 3 se faz pertinente, no sentido de ressignificar os processos formativos, que incluem ciclos de monitoramento, ação, reflexão e ação refletida.

d) Desafio 4 – A Continuidade de estudos após a alfabetização

Não há registro, nos ciclos do PBA realizados, de encaminhamento dos concluintes da alfabetização para turmas de EJA, apesar dessa orientação constar nas Diretrizes do Programa:

Para garantir o acesso e a continuidade dos estudos em turmas de educação de jovens e adultos – EJA, os alfabetizadores e coordenadores de turmas, durante o período de funcionamento das turmas, deverão informar e orientar os alfabetizando sobre as turmas de EJA disponíveis no sistema público de ensino, em sua localidade (BRASIL, 2011, p. 20).

Esse desafio necessita de uma organização intensa da Coordenação Estadual do PBA, de forma que seja possível viabilizar estas matrículas. Assim, é imprescindível a concretização de uma pactuação entre o Governo Estadual e os Governos municipais. Isso porque, mesmo a capilaridade e as parcerias com instituições e movimentos sociais serem a tônica do PBA no Amazonas, a maior parte das turmas de alfabetização utilizou a infraestrutura da escola, apesar de seguir a sua própria metodologia e organização didática.

Tabela 9 – Turmas de alfabetização por ciclo de oferta e local de funcionamento

Ciclo	Escolas		Igrejas		Associações	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2012	501	0	10	218	20	7
2013	448	114	14	3	48	30
Totais	949	114	24	221	68	37
	1063		245		105	

Fonte: SBA- Sistema Brasil Alfabetizado/Organizado pela autora.

Se a escola se manteve como ponto-chave para o PBA, pode-se investir esforços para que esse espaço continue como *locus* da continuidade dos estudos após a alfabetização. Contudo, esforços também deverão ser investidos para propiciar a motivação para a continuidade de escolarização: a alfabetização deve ser ponto de partida, e não fim. Para isso, é crucial que os alfabetizadores e coordenadores sensibilizem a todos e oportunizem a progressão aos que desejarem.

Esse também se constitui como um desafio para as localidades mais extremas do nosso estado, atendidas, em sua maioria, nas igrejas locais e associações - clubes de mães, associação de moradores, pescadores, comunitários, ONGs e etc. É importante salientar que nada adiantará fornecer a alfabetização e sonegar a continuidade. Esse deve ser um aspecto norteador para uma política de alfabetização: atender aos anseios de quem quiser continuar os seus estudos, sem que, a esta altura da vida, precise causar mudanças drásticas, como a mudança de endereço e a ameaça ao emprego.

Este desafio evidencia o objetivo deste trabalho de pesquisa, que busca demonstrar a necessidade de uma continuidade de programas de alfabetização pelo Amazonas, para que este público possa ser localizado, atendido e oportunizado à escolarização. É necessário ir além de políticas emergenciais e programas descontinuados, sendo preciso estabelecer uma política educacional de alfabetização estadual, consciente de seus fatores limitantes e estratégias para superá-los. Dessa forma, este tema de alfabetização, neste momento de ênfase para a educação global, é premissa.

Até este momento, citamos 4 desafios pertinentes à análise do PBA e, a partir disso, é possível pensar em uma política de alfabetização de adultos para o Amazonas. No entanto, o PBA, enquanto política desenhada pelo governo Federal, possui aspectos importantes a serem levados em consideração na presente pesquisa, sendo que tais fatores serão sintetizados a seguir:

- **A capilaridade** – O Programa Brasil Alfabetizado permite vários espaços formais e não formais para que as suas aulas aconteçam. Isto, em um Estado como o Amazonas, é um fator facilitador para o atendimento às diversas comunidades do interior do estado.
- **O início de turmas, a qualquer tempo, durante a vigência do Ciclo, e sua interrupção por período máximo estipulado** – O programa permite que as turmas possam ser iniciadas em grupos diferenciados, ou seja, o Amazonas é dividido por calhas de rio, que abrangem alguns municípios. Dessa forma, a possibilidade de se iniciar as turmas em momentos diferentes facilita essa organização, assim como a sua interrupção, sem cancelamento, por até 30/60 dias, devido à sazonalidade desta região, que compreende períodos de seca, cheia, plantio e colheita para algumas comunidades.
- **Alocação de recursos específicos para ações de apoio ao Programa** – Com recursos disponíveis para a aquisição de materiais escolares, alimentação e formação, há maior celeridade aos processos de contratação e compra, tendo em vista que a fonte do recurso é exclusiva ao programa.
- **Acesso ao livro didático** – O livro didático, no processo de alfabetização de adultos, não é tido como única fonte de informação didática, nem tem a obrigatoriedade de ter os seus capítulos seguidos, podendo ser adequado à realidade de conteúdos e temas daquela localidade. Nessa perspectiva, a dinâmica do processo de alfabetização de adultos do PBA é outra, como discutiremos em todo o trabalho, e ela parte do contexto para a apropriação de conhecimentos. No entanto, o livro didático é uma ferramenta disponível ao alfabetizador, que pode utilizá-lo como suporte para a sua ação didática. É possível a escolha deste livro pelo PNL (Programa Nacional do Livro Didático), garantindo, assim, a possibilidade de uma escolha mais coerente às perspectivas do Programa.
- **Proposta pautada na Educação Popular** – A proposta de trabalho, com ênfase na educação popular, aproxima os alfabetizadores do mundo letrado. É apresentada a eles uma nova forma de ver o seu cotidiano. Nesse sentido, o alfabetizador, como educador popular, no processo de alfabetização, procura agregar ao seu alfabetizando valores e reconhecimento social de seu papel. Dessa forma, a partir desse novo olhar, é possível propiciar uma nova perspectiva de relação indivíduo e coletividade. Esta forma, arraigada na proposta do programa de alfabetização do PBA, é valorizada e consolidada.

Além disso, é dada à educação popular o reconhecimento desta prática pelas ações de alfabetização, disseminadas em diversos programas.

Diante dessa análise de fatores limitantes e possíveis facilitadores, aqui delineados como essenciais para se avaliar a implementação do PBA no Amazonas, pensamos em um modelo que tenha por base esses preceitos. Nesse sentido, pretende-se estruturar uma política com maiores perspectivas de sucesso, desde o momento de divulgação, até o processo de finalização da alfabetização e matrícula dos alunos nas redes de ensino. Paralelamente a isto, é necessário estabelecer um desenho que garanta as especificidades do público alvo dos processos de alfabetização.

Desta forma, o Capítulo 3 desta dissertação apresentará um Plano de Ação educacional (PAE), com a proposta de um Programa de Alfabetização de Adultos para o Estado do Amazonas. Busca-se, além disso, trazer para a SEDUC/AM uma possibilidade de atendimento a este público, de forma a garantir a continuidade do processo de escolarização na rede estadual, envolvendo diversos setores da secretaria e o ensino mediado, hoje essencial para o desenvolvimento educacional do Amazonas.

3 A PROPOSTA DE UM PROGRAMA EDUCACIONAL PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO AMAZONAS

O terceiro capítulo traz uma proposta viável para a concretização do principal propósito deste trabalho, que busca elaborar um programa estadual para a alfabetização de adultos no Amazonas. Acreditamos que o desenvolvimento deste caso de gestão, até o presente momento, conseguiu mostrar a ausência de iniciativas específicas, por parte do estado, em uma perspectiva que contemple a alfabetização nos espaços não formais de educação, considerando a localização deste público e da extensão territorial do Amazonas. Tais características têm significado um empecilho ao acesso de grande parte da população, de 15 anos ou mais, aos processos de escolarização.

Tendo por base a questão de investigação apontada como norteadora da pesquisa, a análise do funcionamento do PBA trouxe contribuições significativas para se pensar quais elementos devem ser considerados na elaboração do programa estadual. Para, além disso, no decorrer do texto, apresentamos os pontos que evidenciam a necessidade de tal programa, que resumimos a seguir:

- Taxa de Analfabetismo do Estado do Amazonas: conforme dados oficiais do CENSO (2010), o Amazonas possui uma taxa de 9,8 %, estando ela acima da média nacional, que é de 9,6 %.
- Descontinuidade de oferta pelo Programa Federal, já que houve 4 anos sem atendimento.
- Reduzida oferta de turmas de alfabetização regular pela EJA. As turmas ofertadas no ambiente escola não atingem os 62 municípios do Estado do Amazonas.
- Público alvo, localizado em sua grande maioria nas Zonas Rurais dos municípios.
- Baixo monitoramento das atividades de alfabetização de adultos pelo PBA.
- A iniciativa existente necessita de aprimoramento, de forma que seja possível atender às especificidades locais. Nesse sentido, é importante ressaltar que atualmente são executadas as turmas regulares de oferta, devendo elas ser ampliadas. Dessa forma, a oferta pelo PBA não ocorre, fato que dificulta o atendimento às localidades remotas deste estado.
- Necessidade de pactos federativos entre o Governo Estadual e Municipal para a implementação dos cursos de alfabetização, visando que este pacto, apesar de ci-

tado nos documentos do PBA Amazonas, ocorreram de forma concreta. Atualmente, não há documentação alguma que garanta as obrigatoriedades das partes.

Com base no que foi exposto até o momento, este terceiro capítulo apresentará à SEDUC/AM, uma possibilidade de atendimento que possa aproveitar o que for positivo na proposta existente (PBA) e expor formas de minimizar os fatores limitantes.

O Capítulo 3 traz à luz, novamente, a importância de tratar do tema analfabetismo, com propostas práticas, em consonância com os diversos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e renovados recentemente para a redução do analfabetismo, como exemplo, o PNE.

Assim, antes de ser apresentado o PAE, é demonstrado, a seguir, um quadro síntese de propostas e iniciativas para estas limitações.

Quadro 3 - Quadro Síntese de Iniciativas

LIMITANTES DO PBA	PROPOSTAS
Descontinuidade de política de atendimento pelo pacto federativo.	Constituir um Programa Estadual de Atendimento aos Analfabetos, com 15 anos ou mais, por meio da SEDUC / AM, como órgão disseminador e promotor de parcerias com as SEMEDs/ ONGS/ ASSOCIAÇÕES e ETC dos Municípios.
Inexistência de estratégias para a população rural dos municípios e da capital	Implementar ação de divulgação e constituição de turmas, por meio do CEMEAM, que hoje atende a mais de 2000 comunidades em todo o estado.
Formação e monitoramento superficiais	Realizar a constituição de equipe descentralizada nos municípios para o monitoramento do programa, em caráter de apoio administrativo e pedagógico no município parceiro
Continuidade de estudos após o curso de alfabetização.	Promover a construção de demandas, com a finalização do curso de alfabetização, para serem suprimidas pelas redes, utilizando a ampliação da EJA como política de continuidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

O PAE, que será apresentado a seguir, demonstra, de forma geral, as estratégias para a implementação do Programa Estadual de Alfabetização de Adultos. Nele, estão alinhadas as ações pertinentes para esta construção, que resultam da análise deste trabalho de pesquisa. O PAE pretende apresentar, à SEDUC - AM, uma possibilidade exequível de implementação desta política. Dessa forma, aponta estratégias de construção desta política, na perspectiva de atendimento em frentes diferenciadas. Ou seja, a política educacional deve conceber modalidades formais e não formais de atendimento a este público. Nas subseções delineadas, são levados em conta aspectos como as perspectivas, peculiaridades e o papel efetivo da SEDUC-AM para a consolidação desta política.

Evidencia-se que, para o sucesso desta política, é essencial alcançar as zonas rurais do Estado do Amazonas. Nesse sentido, a SEDUC-AM se consolida como estrategista para a implementação, nos pilares de acesso, permanência e sucesso de sua política educacional.

Neste ponto de capilaridade, a proposta de atendimento se divide em duas formas, considerando que uma não se sobrepõe a outra. A primeira forma de atendimento acontece em parceria com instituições não formais e/ou com as prefeituras. A segunda utiliza a ferramenta maior deste Estado, que é a tecnologia e, dessa forma, utiliza-se do CEMEAM para alcançar às mais de duas mil comunidades, atualmente já atingidas. Assim, com as duas possibilidades de atendimento, procuraremos garantir maior abrangência e oferta ao público alvo desta política.

Para a consolidação do PAE, que abrange o programa proposto neste trabalho, apresentamos as ações que estão intrínsecas a este PAE. São elas:

Ação I – Criação do Núcleo de Alfabetização;

Ação II – Criação de Turmas pelo CEMEAM;

Ação III – Formação Inicial e Continuada dos Alfabetizadores e Coordenadores de turma.

3.1 O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A proposta de construção do PAE tem como objetivo possibilitar a implementação de uma Política Pública Educacional Estadual de atendimento aos analfabetos com 15 anos ou mais, por meio da SEDUC/AM, como órgão disseminador e promotor de parcerias com as SEMEDs/ ONGs/ ASSOCIAÇÕES e ETC dos Municípios.

Como já citado diversas vezes no decorrer deste trabalho, não há, por parte da SEDUC – AM, uma possibilidade de implementar uma política de atendimento à população analfabeta para além da EJA – em turmas regulares. Conforme já demonstrado anteriormente neste trabalho, na Tabela 3, página 31, essa forma de atendimento possui uma menor capilaridade. É importante salientar que o uso da tecnologia é primordial para o Amazonas e, dessa forma, é proposta a construção de uma política pautada em:

- Atendimento, por termos de cooperação, com prefeituras, ONGs e Associações que possam ser parceiras.
- Ampliação da modalidade EJA Regular de ensino (CEMEAM).

Para a apresentação das ações do PAE, utilizamos a ferramenta 5W 2H², uma vez que ela possibilita uma visão mais ampla das propostas e, ao mesmo tempo, proporciona um maior monitoramento da equipe responsável. Além disso, ela também torna possível o redirecionamento do planejamento, caso seja necessário.

Para tanto, os quadros a seguir trazem o detalhamento das ações propostas.

Quadro 4 - PAE - Implementação da Política Pública Educacional Estadual de atendimento aos analfabetos com 15 anos ou mais, por meio da SEDUC/AM

O quê ?	Iniciativa da SEDUC- AM para a implementação de uma Política Pública Educacional Estadual para o atendimento ao público analfabeto do estado do Amazonas
Quem?	Secretário (a) Estadual de Educação (Secretarias Executivas Adjuntas do Interior; Secretaria Pedagógica; Departamento de Políticas e Programas Educacionais; e Centro de Mídias de Educação do Amazonas.
Por quê?	A fim de garantir uma iniciativa própria e continuada ao Estado do Amazonas, com o objetivo de reduzir as Taxas de Analfabetismo do Estado e dos municípios.
Onde?	Na SEDUC/ AM
Quando?	Até o 1º semestre de 2018.
Como?	O Departamento de políticas e Programas Educacionais, por meio da sua Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade-GAED construirá o núcleo de alfabetização da secretaria de educação, que promoverá uma reunião inicial para apresentar o estudo realizado sobre o número de analfabetos, principais pontos de necessidade de atendimento. Será feita uma exposição de linhas de atendimento diferenciadas: Por aumento da oferta de turmas regulares; Por meio da EJA/alfabetização – com Mediação Tecnológica; Termos de convênios com ONGs e associações para a oferta de cursos de alfabetização em espaços não formais. O secretário de Educação do Estado promoverá uma reunião para a apresentação do núcleo de Alfabetização e da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), de forma a firmar as necessidades de cooperação e estabelecer um Pacto Federativo para combater o Analfabetismo. É importante firmar que este pacto com as SEMEDs será estabelecido conforme a disponibilidade daquele município, garantindo insumos, como: alimentação, material escolar, transporte, fardamento e professores. Dessa forma, cada município poderá contribuir com sua viabilidade para o funcionamento das aulas.
Quanto?	Procedimentos internos e administrativos, não demandam valores financeiros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na continuidade da implementação desta Política Pública Educacional, é preciso definir os termos de cooperação entre entidades, municípios e o Governo Estadual para a oferta de curso de alfabetização em suas localidades, havendo a responsabilização compartilhada. Neste sentido, faz-se necessária a criação de normativas para esta constituição. Seguem, no quadro 5 os tópicos que devem permear esta normativa.

² Para o planejamento das principais ações do PAE, foi utilizada a ferramenta 5W2H, que sintetiza os elementos norteadores de ações estratégicas. “O 5W corresponde às palavras de origem inglesa What, When, Why, Where e Who, e o 2H, à palavra How e à expressão How Much. É uma ferramenta que “consiste em uma maneira de estruturarmos o pensamento de uma forma bem organizada e materializada antes de implantarmos alguma solução no negócio” (MASSARONI; SCAVARDA, 2015, p. 4).

Quadro 5 - Normativas para assinatura de Termo de Cooperação

Instrução normativa para municípios	Instruções para instituições e entidades parceiras
<p>Deverá o Município parceiro designar um representante, tendo ele, preferencialmente, o nível de escolaridade superior concluído. Esse profissional responderá pela Coordenação do Programa, cabendo a este as atribuições assim especificadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preencher o Termo de Adesão e encaminhá-lo à Coordenação Amazonas Alfabetizado dentro do prazo estabelecido; 2. Ofertar as condições de infraestrutura local para o funcionamento das turmas; 3. Mobilizar instituições da sociedade civil organizada e movimentos sociais para ações articuladas; 4. Identificar alfabetizandos e mobilizar alfabetizadores, assim como coordenadores de turma; 5. Organizar turmas de alfabetização, em conformidade com as orientações gerais da Coordenação Estadual; 6. Enviar os cadastros de turmas de alfabetização, devidamente preenchidos, para a Coordenação Amazonas Alfabetizado, em conformidade com o calendário da edição vigente; 7. Apoiar a participação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas na formação inicial e continuada; 8. Participar da formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas; 9. Participar de encontros e reuniões promovidos pelo Programa; 10. Fazer cumprir a autorização de início de aula, expedida pela Coordenação do Programa Amazonas Alfabetizado; 11. Assegurar que todo e qualquer benefício, disponibilizado pelo programa, seja de uso exclusivo pelos alfabetizandos, alfabetizador e coordenadores de turmas; 12. Ofertar, conforme delimitado no termo, os insumos de sua responsabilidades para a execução das aulas. 13. Assegurar a distribuição, aplicação, recolhimento e envio a Coordenação Amazonas Alfabetizando dos testes cognitivos de entrada e saída, em conformidade com o calendário Pedagógico; 	<p>As Instituição/Entidades Parceiras deverão designar representantes, preferencialmente com nível de escolaridade superior concluído, para responder pela Coordenação do Programa, cabendo a estes as atribuições assim especificadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preencher o Termo de Adesão e encaminhá-lo à Coordenação Amazonas Alfabetizado dentro do prazo estabelecido; 2. Ofertar as condições de infraestrutura local para o funcionamento das turmas, se for o caso; 3. Identificar alfabetizandos e mobilizar alfabetizadores, assim como coordenadores de turmas; 4. Organizar turmas de alfabetização, em conformidade com as orientações gerais da coordenação Estadual; 5. Enviar os cadastros de turmas de alfabetização, devidamente preenchidos, para a Coordenação Amazonas Alfabetizado, em conformidade com o calendário da edição vigente; 6. Apoiar a participação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas na formação inicial e continuada; 7. Participar da formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores de turmas; 8. Participar de encontros e reuniões promovidos pelo Programa; 9. Assegurar que todo e qualquer benefício, disponibilizado pelo Programa, seja de uso exclusivo dos alfabetizandos, alfabetizadores e coordenadores de turmas; 10. Fazer cumprir a autorização para o início de aula, expedida pela Coordenação do Programa; 11. Assegurar a distribuição, aplicação, recolhimento e envio, à Coordenação Amazonas Alfabetizado, dos testes cognitivos de entrada e saída, em conformidade com o calendário Pedagógico; 12. Recolher e enviar mensalmente a frequência dos alfabetizandos, alfabetizadores e coordenadores de turma à Coordenação Amazonas Alfabetizado; 13. Enviar formulários e fichas de frequência à Coordenação Amazonas Alfabetizado, em conformidade com o calendário pedagógico; 14. Recolher e enviar a ficha de situação final dos alfabetizandos à Coordenação Amazonas Alfabetizado dentro do prazo estabelecido; 15. Visitar as turmas e assegurar o funcionamento. 16. Viabilizar o acesso da equipe Técnica do Programa aos espaços de aula para as atividades de monitoramento

Quadro 5 - Normativas para assinatura de Termo de Cooperação

Instrução normativa para municípios	Instruções para instituições e entidades parceiras
14. Recolher e enviar mensalmente a frequência dos alfabetizandos, alfabetizadores e coordenadores de turma à Coordenação Amazonas Alfabetizando ; 15. Enviar formulários e fichas de acompanhamento à Coordenação Amazonas Alfabetizando, em conformidade com o calendário pedagógico; 16. Visitar as turmas e assegurar o funcionamento. 17. Viabilizar o acesso da equipe Técnica do Programa aos espaços de aula para atividades de monitoramento 18. Apoiar ações de seguridade de direitos; 19. Articular a Coordenação Municipal de EJA e assegurar a integração dos concluintes à educação Básica.	17. Apoiar ações de seguridade de direitos. 18. Encaminhar os concludentes para a coordenação local, de forma que sejam incluídos nas redes de ensino na educação básica.

Fonte: Organizado pela autora.

3.2 AÇÃO I – CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE ALFABETIZAÇÃO

A criação deste núcleo na SEDUC – AM marcará uma retomada e a garantia de uma política para este público. O núcleo será responsável pelo suporte às ações de alfabetização e da coordenação do Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Amazonas.

Quadro 6 – Criação do Núcleo de Alfabetização

(continua)

O quê ?	Núcleo de alfabetização da SEDUC AM
Quem?	Diretor(a) do Departamento de Políticas e Programas Educacionais – DEPPE / Diretor(a) do Centro de Formação Padre José Anchieta – CEPAN
Por quê?	A fim de definir estratégias, normas e procedimentos para a implementação de políticas de alfabetização
Onde?	Na SEDUC/ AM
Quando?	Até o 1º semestre de 2018.
Como?	O DEPPE, por meio da sua Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade-GAED, e o CEPAN, por meio da sua gerência de formação – GEFOR, construirão o núcleo de alfabetização da secretaria de educação. Este núcleo será responsável por promover uma reunião inicial, com o objetivo de apresentar o estudo realizado sobre o número de analfabetos, assim como as principais necessidades de atendimento. O departamento de políticas educacionais comporá este núcleo, havendo a participação de técnicos e de suas gerências, em especial de técnicos que atuem no PBA e PNAIC. Para tanto, os departamentos delimitarão os papéis de atuação deste núcleo, no âmbito de produção, análise e pesquisa dos temas relacionados à alfabetização.

Quanto?	Contrato de profissionais especialistas em matemática e língua portuguesa para compor a equipe, ou disponibilidade do quadro efetivo da SEDUC AM.
---------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 7, a seguir, resume algumas das principais características do futuro Núcleo de Alfabetização da SEDUC/AM:

Quadro 7 – Diretrizes do Núcleo de Alfabetização

Objetivo:	Proporcionar, aos professores, formações continuadas, com foco em alfabetização e letramento; material; estrutura de apoio; e assessoramento pedagógico. Dessa forma, será possível assegurar o direito de aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos da rede pública estadual do estado do Amazonas.
Eixos:	<ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada; • Material de apoio pedagógico; • Acompanhamento e monitoramento pedagógico – Sistema Informatizado/ Visitas sistemáticas/ instrumentos pedagógicos de suporte.
Gerências e Coordenações:	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência de Ensino Fundamental I/Coordenação – PNAIC e Projeto Avançar Fase I; • Gerência de Atendimento à Diversidade/Coordenação – EJA, PBA, Educação do Campo e Quilombola; • Gerência de Atendimento Específico – Alunos com necessidades educacionais especiais não alfabetizados; • Gerência de Educação Indígenas – Alunos não alfabetizados. • Coordenação de Avaliação – Suporte com os indicadores educacionais. (Gerências Parceiras: Gerência de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. • Gerência de Formação – CEPAM* – Organização estrutural das formações, conforme o público alvo atendido.

*Centro de Formação Padre José Anchieta- SEDUC- AM

Fonte: Elaborado pela autora.

O núcleo de alfabetização deve se respaldar no que diz respeito à alfabetização de adultos do parecer CEB011/2000, que determina as funções da educação de jovens e adultos, principalmente na função reparadora, que trata de reconhecer a dívida social para as pessoas nesta condição. Conforme Chilante e Noma (2009):

A alfabetização, a aquisição da leitura e escrita, portanto, constituir-se-iam em meios de inclusão social e a reparação de uma dívida histórica para com a classe trabalhadora. O Parecer considera que o Estado tem papel importante na promoção de políticas públicas que atuem no campo das desigualdades sociais. A função reparadora, segundo o documento, tornar-se-ia uma oportunidade para a inclusão dos jovens e dos adultos na escola e uma opção viável para um grupo com especificidades socioculturais para o qual se espera

uma efetiva atuação das políticas sociais implementadas pelo Estado (BRASIL, 2000).

Assim, o núcleo promoverá ações que busquem o letramento dos envolvidos, com o conceito de que ao alfabetizar letrando os indivíduos perpassem a conceber atividades com a função social da leitura e da escrita. Ou seja, ao aprender o que se está escrito com suas letras e sons, é possível também entender qual a interpretação do que se lê, como, por exemplo saber a diferença entre uma notícia informativa e tendenciosa. Além disso, o aluno terá a capacidade de realizar uma leitura de dados, como gráficos e tabelas. Esta percepção o coloca como indivíduo capaz de construir as suas próprias sentenças, como destaca Soares (2001):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis do contrario: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o individuo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.” (SOARES, 2001 p.28)

Assim, o entrelaçamento destas ações na constituição do material didático, havendo a atuação dos alfabetizadores, norteará práticas educativas que evidenciem, cada vez mais, não apenas o conhecimento de grafemas, fonemas, números e operações, mas também a aplicabilidade destes conteúdos na construção de cartazes, bilhetes, jornais e outros elementos que possuam linguagem. Além disso, é importante abordar a função da criticidade, em temas abordados em sala de aula.

3.3 AÇÃO II – IMPLEMENTAÇÃO DE TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO, POR MEIO DO CEMEAM

No decorrer deste trabalho, percebemos que a população da zona rural tem maior concentração de analfabetos. Diante das especificidades geográficas do Estado do Amazonas, é necessária uma forma de atendimento que possa impactar no acesso às comunidades ribeirinhas. Assim, o método é fator crucial para garantir a implementação desta parte da política educacional. Para tanto, será utilizado o CEMEAM, sendo necessária, para esta proposta, uma metodologia apropriada, de forma a garantir a relevância fundamental do alfabetizador local, que trabalhará o cotidiano daquela localidade, para fins de apropriação e fixação do conteúdo.

O CEMEAM, Centro de Mídias de Educação do Amazonas, é responsável por mais de 30 mil alunos da rede estadual de educação, nos níveis fundamental, médio e EJA, de 2000 comunidades ribeirinhas. A partir desta iniciativa, as comunidades ribeirinhas tiveram a pos-

sibilidade de se conectar com o mundo, uma vez que tiveram o acesso à internet. A partir deste contexto, várias delas criaram blogs e perfis nas redes sociais. No estado, o CEMEAM é uma ferramenta importante para o uso de novas tecnologias educacionais.

[...] O Cemeam coordena o processo de implementação da oferta diversificada do atendimento da rede pública de ensino do estado do Amazonas por meio de soluções tecnológicas inovadoras, bem como implementação de aulas e formações presenciais com mediação tecnológica para os alunos e profissionais de educação da capital e do interior que participam dos projetos de ensino mediados pela tecnologia (AMAZONAS, 2018).

Em consonância com a necessidade de realizar uma forma de atendimento inovadora, foram utilizadas, como base, as reflexões de Silva e Nunes (2016, p. 51): “O método é um caminho que leva o educador à educação integral do alfabetizando, por meio de instrumentos e procedimentos diferenciados”. Assim, esta implementação deverá valorizar, principalmente, as possibilidades de educação diferenciadas.

[...] É preciso desenvolver no discente a autonomia para se expressar, por meio de uma consciência crítica capaz de ler e compreender o mundo a sua volta, já que a alfabetização é construída com as relações sociais e culturais existentes na sociedade. Dessa forma, esse discente vai saber dar significado à leitura e à escrita desenvolvida [...] (SILVA; NUNES, 2016, p. 38)

Assim, buscando integrar a tecnologia, hoje ferramenta educacional indispensável para atingir as comunidades do Estado do Amazonas e a peculiaridade do Ensino de Jovens e Adultos, seguiremos os passos abaixo, descritos no Quadro 8.

Quadro 8 - Curso de Alfabetização de Adultos por meio do CEMEAM

(continua)

O quê ?	Ofertar, por meio do Centro de Mídias do Amazonas – CEMEAM, um curso de alfabetização de adultos às comunidades rurais do Estado do Amazonas.
Quem?	Secretário Estadual de Educação, Secretarias Executivas Adjuntas do Interior; Secretaria Pedagógica; Departamento de Políticas e Programas Educacionais; Centro de Mídias de Educação do Amazonas; e o Núcleo de Alfabetização da SEDUC-AM.
Por quê?	A fim de garantir o acesso à alfabetização às populações distantes dos centros urbanos em suas próprias comunidades, com o objetivo de reduzir as Taxas de Analfabetismo do Estado e dos municípios.
Onde?	Na SEDUC/ AM
Quando?	Até o 1º semestre de 2018.

Quadro 8 - Curso de Alfabetização de Adultos por meio do CEMEAM

(conclusão)

Como?	<p>O Departamento de políticas e Programas Educacionais, por meio da sua Gerência de Atendimento Educacional à Diversidade- GAED, e o Núcleo de Alfabetização da Secretaria de Educação promoverão uma reunião inicial com o CEMEAM. Neste encontro, será apresentado o estudo realizado sobre o número de analfabetos e os principais pontos de necessidade de atendimento. O Núcleo de Alfabetização apresentará municípios com as prioridades de oferta.</p> <p>O CEMEAM fará a divulgação, nas redes internas de contato, com as comunidades, com o objetivo de levantar a demanda nas comunidades.</p> <p>A secretaria executiva adjunta do interior, em uso de seus coordenadores regionais, comporá o papel de divulgação e acompanhamento do levantamento da demanda.</p>
Como?	<p>As coordenações pedagógicas do CEMEAM e do Núcleo de alfabetização/GAED/DEPPE compilarão uma proposta que atenda ao alfabetizador mediador, que trabalha na comunidade onde acontecem as aulas. Além disso, definirão o papel do professor de estúdio.</p> <p>A coordenação do Programa de Alfabetização acompanhará o cadastramento de turmas e a realização das aulas, conforme os documentos instrumentais de monitoramento pedagógico e administrativo, equivalente às turmas presenciais.</p>
Quanto?	<p>Contratação de pessoas que sejam responsáveis pela busca ativa pelo período de 1 mês, além da contratação de cadastradores por 2 meses. Diárias e passagens, destinadas à coordenação do programa, para que possam visitar os municípios pelo menos 1 vez durante a realização do programa.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 9, a seguir, traça as linhas gerais para o curso de alfabetização acima citado.

Quadro 9 - Considerações Gerais sobre o curso de alfabetização via CEMEAM

Duração do curso	6 meses
Carga horária total	240h
Carga horária semanal	10h
Dias de aula	4 dias na semana
Carga horária diária	2 dias 2 horas/aula 2 dias 3 horas /aula
Tempo de sala do professor mediador presencial	Todos os dias. 10h semanais
Tempo de sala do professor mediador	Dois dias. 4 horas semanais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esta divisão de carga horária, pretende-se deixar claro que as metodologias diferenciadas podem ser concatenadas para a constituição de uma própria prática educativa.

A prevalência, nesta proposta, do uso da mediação tecnológica se justifica pela indisponibilidade de um professor, em nível superior, que possam atuar nas turmas de alfabetização das comunidades rurais. É importante salientar, entretanto, que o professor mediador ori-

entará, em sentido geral, o TEMA da aula, fazendo uso dos recursos audiovisuais disponíveis no CEMEAM, além de se apropriar da prática cotidiana daquela localidade. Assim, não haverá a descaracterização da proposta de tornar o analfabeto um cidadão capaz de mudar, compreender a sua realidade, assim como o seu contexto social. A matriz curricular, composta pelos conteúdos, fica a critério das Diretrizes do Núcleo de Alfabetização, assim como as sequências didáticas, a sua transversalidade, interatividade e formas avaliativas.

3.4 AÇÃO III – FORMAÇÃO DE COORDENADORES E ALFABETIZADORES DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

É relevante dizer que esta formação INICIAL e CONTINUADA, aos colaboradores do programa de alfabetização, sejam alfabetizadores, gestores, ou coordenadores, precisa ser fortalecida, de forma a garantir o êxito. É nesse espaço que a dialogicidade entre a teoria e a prática se faz pertinente. Além de haver o aprendizado, há, nesse espaço, a possibilidade de se refletir sobre a prática.

A formação do Professor da Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade que se faz cada vez mais latente, por conta de todas as suas especificidades. Para tanto, é necessário que as formações para este educador sejam realizadas, de forma a valorizar as suas práticas, atualizando-o do que hoje se espera do ensino.

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL,2000 p.56)

Quadro 10 - Formação de coordenadores e alfabetizadores do Programa de Alfabetização do Estado do Amazonas

(continua)

O quê ?	Formação inicial e Continuada dos autores envolvidos no programa de alfabetização de adultos do estado do Amazonas: alfabetizadores, coordenadores, professores mediadores e coordenadores regionais.
Quem?	Departamento de Políticas e Programas Educacionais, Centro de Mídias e Educação do Amazonas, Centro de Formação Padre José de Anchieta, Núcleo de Alfabetização da SEDUC, coordenação Estadual do Programa de Alfabetização .

Quadro 10 – Formação de coordenadores e alfabetizadores do Programa de Alfabetização do Estado do Amazonas

(conclusão)

Por quê?	A fim de garantir que todos os envolvidos tenham conhecimento sobre a proposta metodológica do programa de alfabetização e sejam sensibilizados sobre a organização operacional do programa de Alfabetização.
Onde?	Na SEDUC -AM/ Municípios participantes.
Quando?	Após a definição dos quantitativos de turmas, municípios e localidades atendidas. Antes do início das aulas, com a formação inicial e outras 5 formações continuadas, realizadas uma vez ao mês, sendo elas mescladas entre presenciais e via centro de mídias.
Como?	A Coordenação Estadual do Programa de Alfabetização será a responsável por organizar, entre Gerência de Formação – CEPAN, Núcleo de Alfabetização, CEMEAM e outras instituições parceiras, as temáticas das Formações. Na Formação Inicial, serão repassadas informações sobre o início das atividades e as formas de monitoramento. Nela, também serão repassados alguns conhecimentos históricos sobre a educação de jovens e adultos, os objetivos principais deste programa e a sua metodologia de prática pedagógica. A formação continuada se tornará pertinente, na medida em que haverá o diálogo entre as práticas e os encaminhamentos, de forma a tornar a meta da alfabetização tangível. É nesse momento que haverá as trocas pedagógicas e administrativas para que o monitoramento se torne eficaz. Na capital, a formação acontecerá simultânea para alfabetizadores e coordenadores de turma. No Interior, a formação inicial se dará de forma presencial para alfabetizadores e coordenadores de turma, tanto de turmas presenciais, quanto de turmas por mediação tecnológica.
Quanto?	Contratação de empresa para dar apoio logístico à realização das formações (viagem, hospedagem e alimentação) aos formadores e cursistas.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 11 sugere uma organização para a carga horária do curso de formação inicial para os alfabetizadores.

Quadro 11 – Carga horária da Formação Inicial

Carga Horária Total	30h
Carga Horária Diária	10h
Duração em Dias	3 DIAS

Fonte: Elaborado pela autora.

A formação inicial pode ser dividida em três dias seguidos ou alternados para a capital. No caso do Interior, como haverá deslocamento do formador, esse momento inicial se dará em dias consecutivos. A sugestão de temas para a formação inicial está apresentada no Quadro 12.

Quadro 12 – Sugestão de temas para a Formação Inicial

1. Os dados do analfabetismo: MUNDO/BRASIL/AMAZONAS
2. O desenvolvimento histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil
3. As contribuições de Paulo Freire para a alfabetização de Adultos.
4. As funções da Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o PARECER CEB11/2000
5. A metodologia para o uso social da leitura e da matemática.

Fonte: Elaborado pela autora.

A formação continuada para educadores da EJA é de primordial importância para o contexto da EJA de ação-reflexão-ação, configurando-se ela como um espaço em que os educadores possam evoluir cada vez mais na prática docente para este público.

[...] Assim, é preciso que os sistemas de formação garantam aos professores de jovens e adultos espaços para reflexão da sua prática num processo de formação continuada, para que possam, junto com outros colegas, tematizar sua prática, construir conhecimentos sobre o seu fazer, aperfeiçoando-se constantemente[...] (COSTA, 2008 p.36)

O Quadro 13, a seguir, mostra a proposta de carga horária para a formação continuada.

Quadro 13– Carga horária da Formação Continuada

Carga Horária Total	50h
Carga Horária Mensal	10h
Duração em Dias	1 DIA/mês

Fonte: Elaborado pela autora.

A formação Continuada na Capital, deverá ser em todas as etapas de forma presencial. No interior, ela acontecerá em escala de presencial e mediada, conforme se verifica no Quadro 14.

Quadro 14 – Formação Continuada no Interior

Formação Continuada	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
Presencial		X		X	
Mediada por tecnologia	X		X		X

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES PROPOSTAS NO PAE

Considerando os dados coletados durante os procedimentos metodológicos da pesquisa, evidencia-se que as ações propostas no Plano de Ação Educacional – PAE foram construídas, com o intuito de ofertar, à população jovem e adulta do Amazonas que se encontram em situação de analfabetismo, um atendimento mais direcionado, específico e regionalizado, em função dos aspectos geoeconômicos descritos no decorrer deste trabalho de pesquisa.

Dessa forma, espera-se que no todo, as ações aqui propostas, nesse primeiro momento, sejam vistas e avaliadas pela SEDUC/AM como uma iniciativa necessária e emergencial. Tais estratégias são fundamentais para valorizar e reconhecer a uma grande parte da população amazonense que ainda hoje está imersa em um mundo um tanto quanto obscuro, pelo fato de não terem o poder, através da leitura e da escrita, de se verem inseridas socialmente como agentes de transformação na comunidade em que vivem, enquanto cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi analisar as ações programáticas inerentes às políticas educacionais para a alfabetização de adultos no Estado do Amazonas, com base no Programa Brasil Alfabetizado. O intuito foi o de identificar as ações programáticas, relativas à Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas, entendendo os aspectos positivos e/ou negativos do Programa Brasil Alfabetizado no Estado do Amazonas. Por fim, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE), de forma a fomentar a construção de um núcleo de alfabetização, a partir da definição de estratégias, normas e procedimentos para a implementação de políticas de alfabetização que atendam às especificidades regionais do Estado do Amazonas.

Para se chegar aos resultados, foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais que alicerçaram as conclusões aqui traçadas e delinearão a construção das ações propostas no PAE.

Segundo Gadotti (2014):

Uma nova política de EJA precisa assentar-se nos *princípios* da Educação popular que são, entre outros: a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo/conflito, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da Educação (GADOTTI, 2014, p. 26).

Nesse contexto, em se tratando do Amazonas, ao propor a implementação de uma política na área educacional, o grande desafio estava na diversidade do Estado, sendo ela demonstrada em seu povo, cultura e geografia. A temática do analfabetismo, tratada em todo o corpo da pesquisa, evidenciava cada vez mais a necessidade desta implementação. Alguns anseios para tal pesquisa passam por vivências pessoais, já que para nós, amazônidas, que conhecemos o interior do nosso estado, não é difícil ouvirmos histórias de pessoas que são discriminadas por não saberem ler e escrever.

Assim, os estudos e os resultados apresentados, no decorrer do processo investigativo, evidenciaram que a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Amazonas, precisa ser tratada com maior direcionamento, considerando as suas especificidades e as necessidades do público alvo.

Essa afirmativa pode ser amparada pela assertiva de Arroyo (2008), que diz:

Quanto menos institucionalizada for a EJA nas modalidades das etapas de ensino, maior poderá ser sua liberdade de avançar no movimento pedagógico e de contribuir para um diálogo fecundo com essas modalidades de ensino, até para enriquecê-lo e impulsioná-lo para se reencontrarem como modalidades de educação e formação básica. Que falta nos faz recuperar a concepção moderna de educação como direito humano! A EJA popular traz esse legado (ARROYO, 2008, p. 225).

Evidencia-se que a EJA é um direito, logo, é preciso que políticas públicas sejam geradas. Para tanto, é necessário olhar para esse público enquanto sujeitos históricos, respeitando os seus tempos e espaços de vivência, pois, somente dessa forma, essa modalidade de ensino se relacionará com o princípio da emancipação humana.

A pesquisa mostrou o quanto uma iniciativa, pautada na utilização de espaços não formais, pode atender a esta demanda. Além disso, este estudo também evidenciou a polarização deste grupo nas zonas rurais dos municípios do estado do Amazonas, fato que comprovou que a proposta já utilizada pelo Estado para este atendimento é insuficiente, diante de tais particularidades.

Como já evidenciado no decorrer da pesquisa, o PBA foi o programa que mais diretamente atendeu ao público da EJA no Amazonas. Entretanto, durante a sua execução, foram detectadas fragilidades, além de suas potencialidades.

Dentre as fragilidades, destacam-se: i - o acesso como um direito à alfabetização; ii - efetividade no monitoramento técnico-pedagógico; iii - formação inicial e continuada dos alfabetizadores e coordenadores regionais/locais; iv - a Continuidade de estudos após a alfabetização.

Tais aspectos foram analisados à luz de vivências práticas no desenvolvimento do PBA. Logo, o PAE aqui apresentado é uma proposição de iniciativa singular, de forma que seja possível melhorar o índice de analfabetismo no estado. Para tanto, foram consideradas as fragilidades das políticas públicas educacionais no Amazonas, assim como a necessidade de se entender as especificidades locais.

Dessa forma, o Plano de Ação Educacional (PAE) aqui apresentado contém iniciativas, instruções, e colaborações totalmente acessíveis à Secretaria do Estado de Educação do Estado do Amazonas. São propostas de ações práticas, que dependem de coordenações, gerências e departamentos, no âmbito da SEDUC/AM.

As propostas são palpáveis e possíveis para esta instituição, diante da urgência da promoção da alfabetização de adultos e dos Planos Estaduais e Nacionais de Educação, que tratam o analfabetismo como primeira diretriz. Além disso, temos em nosso favor as potencia-

lidades do PBA, principalmente no que se refere à capilaridade, por possibilitar maior leveza e maior movimento no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, entende-se que, para garantir e concretizar uma política pública para esse segmento educacional, a formação de alfabetizadores e coordenadores do programa de alfabetização deve ser o elemento precursor para a garantia da efetividade da ação desta política educacional. Tal formação garante a qualidade educacional, uma vez que é responsável por contribuir com a sua formação profissional.

Diante do exposto, vimos que a construção de uma política pública local, voltada para a EJA, é essencial para garantir o direito da população com essas características, pois como diz Arroyo (2008), é importante valorizar as:

[...] relações humanas que elas estabelecem entre si e com o meio ambiente em que vivem, conhecer os seus saberes prévios, as suas experiências, os seus anseios, os direitos que ainda não alcançaram e precisam alcançar, dando real sentido e significado às aprendizagens propostas nas formações da EJA, numa perspectiva emancipadora. (GADOTTI, 2014, p. 7)

Logo, é preciso um novo olhar para uma nova política de Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, a SEDUC/AM precisa reescrever as suas ações de atendimento a esse público. Atualmente, o PBA se encontra sem atividade. Portanto, é urgente que o Estado atue na construção de uma política pública educacional de alfabetização de adultos. Dessa forma, esse público poderá dominar os conhecimentos da leitura e da escrita, fazendo o uso destes conteúdos em suas práticas sociais, sendo, de fato, cidadãos que exerçam os seus direitos e conheçam os seus deveres.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. **Centro de Mídias**. Disponível em:<www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/centro-de-midias>. Acesso em 25 fev. 2018.
- AMAZONAS, 2015. **Plano Estadual de Educação do Amazonas**. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/PEE/AMPEE.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017
- AMAZONAS, s/d. **Site da SEDUC**. [2017]. Disponível em:<<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/deppe/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.
- ARROYO, Miguel. A nova configuração da EJA e seus impactos na formação dos educadores de jovens e adultos. **Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Belo Horizonte**, 2006.
- BARBOSA, B. Evandro. **O Analfabetismo de adultos e crianças em idade escolar na zona urbana do município de Fonte Boa – AM**. Universidade Federal do Amazonas, 2005.
- BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL**. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993.
- BRASIL. **Constituição Federal da República**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. **Cria o Programa Brasil Alfabetizado, institui a Comissão Nacional de Alfabetização e a Medalha Paulo Freire**. Brasília, 2003.
- BRASIL. MEC – SECADI/ Programa Brasil Alfabetizado - Matriz de referência comentada programa Brasil alfabetizado. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Brasil Alfabetizado**: Orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, Brasília: MEC/SECADI. 2008

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Brasil Alfabetizado**: Orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, Brasília: MEC/SECADI. 2011

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015: versão preliminar. Brasília: MEC, jun. 2014a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>>. Acesso em 02 de Outubro/ 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília: Senado Federal, 2014b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 11/ 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Brasília,DF, 11 mar. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 22 fev 2018.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília, 2014c.

BRASIL. CD/FNDE/MEC de nº 8, de 24 de setembro de 2015. **Estabelece normas e procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuem no Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Coletânea de Textos CONFINTEA Brasil + 6** . Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Brasil Alfabetizado**: Orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado, Brasília: MEC/SECADI.

COSTA, Cintia da Silva, Formação Continuada de Educadores de Jovens e Adultos: Caminho para a reflexão da prática? – Dissertação de Mestrado –UFJF- 2008

DINIZ, G. M.; MACHADO, D. Q.; MOURA, H. J. Políticas públicas para combater el analfabetismo en Brasil: una investigación sobre las acciones del Programa Brasil Alfabetizado en municipios de Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 641-666, 2014.

DUARTE, Cláudia Costa. O movimento dos fóruns de EJA: história de construção coletiva da política pública de EJA. In: **Anais...I Congresso Internacional Cátedra da UNESCO da Educação de Jovens e Adultos**, 2013. Disponível em: <<http://www.catedraunescoej.org/GT08/COM/COM015.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

EJA EM DEBATE, Florianópolis, Ano 2, n. 2. Jul. 2013

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Ed. Cortez – São Paulo - SP ,1985.

FRAGO, Antônio Vinão. **Alfabetização na sociedade e na história**: vozes, palavras e textos. POA: Artes Médicas,1993.

FREITAS. M.F.Q. de. **Educação de jovens e adultos, a educação popular e processos de conscientização**: intersecções da vida cotidiana. IN: educar. Curitiba: Editora UFPR, n 29, p. 47- 62. 2007.

FREITAS, M. F. Q. de (Org.). **Psicologia**: reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do psicólogo, p. 83-108, 1998.

FRIEDRICH M.; BENITE, A.M.C.; BENITE, C.R.M.; PEREIRA , V.S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.18, n.67, p.389-41, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder** - introdução a pedagogia do conflito, E. Cortez - São Paulo - SP , 1991.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais**: ruptura, continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de Educação Popular de jovens e adultos**. 1ª ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana , 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21 de Outubro/2016.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio**, 2004. Relatório Conciso , Brasília – DF.

MASSARONI, I. F.; SCAVARDA, A. J. R. R. Gestão de Serviços em Bibliotecas Públicas: aplicação do 5W2H na política de aquisição de acervo. **InCID**: vol. 6. nº 1, 2015, p. 4-16.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas**. EDUA. Manaus, AM: 2003.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. *Pró-posições*, campinas, v.1, n.2, p7-21, jul.1990.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórico crítica. **Revista eletrônica de Ciência da educação**. Paraná, v. 5, n.2, 2006.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Coleção Folha Explica). Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/politicas-publicas/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, Simone C. Rodrigues da; NUNES, Maria Alice Melo. **Um olhar sobre o Método Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos**. R. Com Censo, DF 2ª Ed., no.05. p. 51- Mai/2016.

SAUNER, Nelita F.M. **Alfabetização de Adultos**. Curitiba: 1ª Ed . Juruá, 2002.

SOARES, Magda Becker. **Letramento um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de EPT. Educação para Todos 2000-2015**: progressos e desafios. 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

UNESCO. **Educação Para Todos**: Atingindo nossos Compromissos Coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2001. Disponível em: <www.unesco.cl/documentos/ept>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ANEXO A – FICHAS DE ACOMPANHAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

REGISTRO DA PRÁTICA SEMANAL PLANEJAMENTO DA SEMANA

O planejamento se constitui como um instrumento que organiza de forma intencional a rotina da sala de aula, contribuindo para o sucesso da ação pedagógica.

do dia _____ ao dia _____ do mês _____ ano _____.

1. Quais são os OBJETIVOS para esta semana?

Com que assuntos ou CONTEÚDOS você irá trabalhar?

Quais as principais atividades que você desenvolverá esta semana?

Que materiais você pretende usar?

REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

Palavra Geradora: _____

Frases elaboradas com a palavra geradora: _____

Novas palavras geradas com a palavra geradora: _____

O que deu certo na sua prática com relação a aprendizagem dos(as) alfabetizandos(as) nas atividades de leitura, escrita e matemática que foram realizadas.

Aponte os desafios/dificuldades dos(as) alfabetizandos(as) observados no desenvolvimento das atividades da sala de aula em relação à leitura, escrita e matemática:

Como você, alfabetizador(a), irá planejar a sua semana com a referência desafios/dificuldades apresentados pelos(as) alfabetizandos(as) em relação à leitura, escrita e matemática:










GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

REGISTRO DA PRÁTICA SEMANAL

PLANEJAMENTO DA SEMANA – ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO – ANEXO 3

Baseando-se no plano mensal já elaborado, registrar a ação didática semanal, a qual está dividida em 2 momentos:

1. Plano detalhado da semana, contendo:

- 1.1. Elaboração dos objetivos específicos da ação didática da semana;
- 1.2. Elencar os conteúdos que serão trabalhados na semana;
- 1.3. Descrição das principais atividades desenvolvidas na semana;
- 1.4. Elencar os recursos/materiais que serão usados especificamente naquela semana.

Lembre-se: As atividades planejadas devem estar contextualizadas e relacionadas ao eixo temático, acompanhando a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, observe:



2. Reflexão sobre a prática: neste espaço o alfabetizador descreverá suas considerações críticas sobre a prática pedagógica. Como este é um processo de construção, essas reflexões deverão ser registradas após a ação didática planejada naquela semana, na seguinte ordem:

- 2.1 Registro das palavras geradoras;
- 2.2 Registro das frases com as palavras geradoras;
- 2.3 Registro de outras palavras geradas com a palavra geradora.

* As palavras geradoras surgem no decorrer da problematização e darão ao alfabetizador subsídios para a continuidade do seu trabalho.

2.4 Avaliar os avanços alcançados com os alfabetizandos decorrentes das ações didáticas realizadas, descrevendo o que deu certo;

2.5 Avaliar as dificuldades encontradas no processo, descrevendo os desafios e possibilidades de superação.

2.6 Diante da análise realizada, descrever quais serão as etapas a serem cumpridas na semana seguinte.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

DESEMPENHO INDIVIDUAL DO/A ALFABETIZANDO/A

Alfabetizando		Município		
Alfabetizador		Local de Formação		
NÍVEL DE LEITURA E ESCRITA		1.º BIMESTRE	2.º BIMESTRE	3.º BIMESTRE
Pré-alfabético				
Sílabico				
Sílabico-Alfabetico				
Alfabetico				
OBJETIVOS	DESCRIÇÃO	1.º BIMESTRE	2.º BIMESTRE	3.º BIMESTRE
Expressar e saber ouvir ideias, acontecimentos e experiências.	Ordena e expressa ideias do seu mundo com clareza.			
	Comunica os acontecimentos do dia a dia da comunidade, com objetividade.			
	Argumenta em defesa de suas ideias.			
Compreender o sentido geral de textos lidos cotidianamente.	Ouvir e contar histórias de vida cotidiana.			
	Escuta e analisa de forma crítica assuntos de interesse da comunidade.			
	Ouvir relatos de experiências e argumenta a partir das próprias ideias.			
Ler textos com diferentes funções de linguagem.	Reconhecer o próprio nome quando escrito.			
	Reconhecer o nome de colegas.			
	Ler em voz alta pequenos textos que sejam significativos e com menos complexidade linguística.			
	Elabora hipóteses sobre o funcionamento da leitura.			
	Domina a base alfabética na leitura.			
	Ler e compreender pequenos textos relacionados às atividades do cotidiano (trabalho, lazer e religião).			
Ler diferentes tipos de texto e reconhecer o valor social, político e cultural de cada um.				
Escrever pequenos textos de diferentes tipos e modalidades.	Elabora hipóteses sobre o funcionamento da escrita.			
	Escrever palavras ditas desconhecendo conhecer o princípio alfabético.			
	Construir frases a partir da realidade vivida.			
	Domina a base alfabética na escrita.			
	Escrever diferentes tipos de textos, relacionados às atividades do cotidiano (cartas, bilhetes, avisos, relatórios etc.).			
Produzir textos simples com base na experiência de vida.				

AMAZONAS 2010 - 1º ano de alfabetização



SEDUC



PDE 2011 - 1º ANO DE ALFABETIZAÇÃO

Pensando na Educação





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

DESEMPENHO INDIVIDUAL DO/A ALFABETIZANDO/A

OBJETIVOS	DESCRIPÇÃO	1.º BIMESTRE	2.º BIMESTRE	3.º BIMESTRE
Realizar contagens	Realiza contagens de pequenas quantidades.			
	Realiza contagens de quantidades maiores (por agrupamento ou outras estratégias).			
	Realiza contagens de quantias em dinheiro com cédulas e moedas.			
Reconhecer os algoritmos	Associa o algoritmo a seu nome.			
Escrever números	Escreve números naturais de 1, 3 ou 4 algarismos.			
Ler números	Lê números naturais de 1, 3 ou 4 algarismos.			
	Lê números decimais que expressem valor monetário.			
Comparar números	Compara números naturais (escritos no sistema de numeração decimal).			
	Compara números decimais que expressem valor monetário.			
Resolver problemas envolvendo adição ou subtração	Resolver problemas envolvendo adição ou subtração de números naturais ou de quantias em dinheiro, por qualquer método, para a produção de uma resposta aproximada.			
	Resolver problemas envolvendo adição de números naturais ou de quantias em dinheiro, por qualquer método, para a produção de uma resposta exata.			
	Resolver problemas envolvendo subtração de números naturais ou de quantias em dinheiro, por qualquer método, para a produção de uma resposta exata.			
Resolver problemas envolvendo multiplicação	Resolver, por qualquer método, problemas envolvendo multiplicação com a ideia de adição repetida, e em que o multiplicador é um número natural menor do que 10.			
	Resolver, por qualquer método, problemas envolvendo divisão com a ideia de partilha, em que o divisor é um número natural menor do que 10.			
	Resolver problemas envolvendo uma sucessão de operações de adição e subtração.			

Parâmetros avaliativos

DR - Domínio reconhecível (75% a 100%)
 DI - Domínio Intermediário (50% a 74,9%)
 DP - Domínio Parcial (25% a 49,9%)
 DN - Não desempenha (0% a 24,9%)

Conceito Final

A - Alfabetizado
 NA - Não Alfabetizado

Níveis de Lettura e escrita

I - Pré-alfabético
 II - Alfabético
 III - Alfabético-alfabético
 IV - Alfabético



SEDUC



Ministério da Educação



ANEXO B – FICHA DE CADASTRO

 GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS				Ficha 17
CADASTRAMENTO DO ALFABETIZANDO				
POSSUI CPF		CPF		NOME
<input type="checkbox"/> Possui <input type="checkbox"/> NÃO Possui		-		
DATA DE NASCIMENTO		SEXO		
		<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino		
NOME DA MÃE				
NOME DO PAI				
NACIONALIDADE		UF NATURALIDADE	MUNICÍPIO DE NATURALIDADE	
SITUAÇÃO OCUPACIONAL			RAÇA/COR	
CEP		BAIRRO	LOGRADOURO	
-				
COMPLEMENTO			NÚMERO	CIDADE/UF
E-MAIL				
DDD	TELEFONE FIXO	DDD	TELEFONE CELULAR	
	-		-	
NECESSIDADES ESPECIAIS				
OUTRAS INFORMAÇÕES				
ZONA	FREQUENTOU ESCOLA		UTILIZA ÓCULOS	TEM DIFICULDADE PARA ENKERGAR
	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, quantos meses _____		<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
SEGMENTO SOCIAL				
<input type="checkbox"/> Jovens de 15 a 29 anos não alfabetizados				
<input type="checkbox"/> População indígena, belíngua, fronteirais ou não				
<input type="checkbox"/> Agricultores assalariados				
<input type="checkbox"/> Assentados				
<input type="checkbox"/> Caiçaras				
<input type="checkbox"/> Extraístas				
<input type="checkbox"/> Ribeirinhos				
<input type="checkbox"/> Trabalhadores Rurais temporários				
<input type="checkbox"/> Remanescentes de quilombos				
<input type="checkbox"/> Pescadores artesanais				
<input type="checkbox"/> Trabalhadores da pesca				
<input type="checkbox"/> Pessoas transgêneros (transvestis e transexuais)				
<input type="checkbox"/> Profissionais do sexo				
<input type="checkbox"/> Jovens em cumprimento de medidas sócioeducacionais				
<input type="checkbox"/> População carcerária				
<input type="checkbox"/> Membro de família beneficiária do programa de erradicação do trabalho infantil - PETI				
<input type="checkbox"/> Membro de família beneficiária do programa bolsa família				
<input type="checkbox"/> População carcerária				
<input type="checkbox"/> Trabalhadores libertados da situação de trabalho escravo pelo MTE inscritos no seguro desemprego				
<input type="checkbox"/> Catadores de materiais recicláveis				
<input type="checkbox"/> Trabalhadores da indústria				
<input type="checkbox"/> Idoso com mais de 60 anos				
<input type="checkbox"/> Pessoas atingidas pela hanseníase				
<input type="checkbox"/> Não pertence aos segmentos citados				
INFORMAÇÃO INTERNA				
NOME DO ALFABETIZADOR				
NOME DO COORDENADOR				

ANEXO C – FOTOS

Aula na Zona Urbana do Município de Manacapuru



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Visita Técnica a Comunidade Rural de Irlanduba



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Turma de Alfabetizandos em Zona rural de Manaus – Espaço Alternativo : Igreja.



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Formação Inicial Presencial Manaus.



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Formação Continuada Manaus



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Uso do CEMEAM - Formação para os municípios do Interior do Estado



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Práticas de Sala de Aula



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Entrega de Material Escolar



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Formandos de Eirunepé – Amazonas



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

Visita a Comunidade Rodoviária Raio de Sol- BR 174- Espaço Alternativo: Barracão da Associação de Moradores



Fonte: Arquivo PBA-SEDUC

ANEXO D – MODELOS DE QUESTÕES DOS TESTES COGNITIVOS DE ENTRADA – MEC/PBA

Leitura e Escrita – Diagnóstico de ENTRADA

■ Instruções para o aplicador

ATENÇÃO:

Ler para os alunos APENAS a instrução. Repetir a leitura, no máximo, uma vez.

DIZER:

Risque o "quadrinho" onde há somente letras.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

Leitura e Escrita – Diagnóstico de Saída

Instruções para o aplicador

ATENÇÃO: Ler para os alunos APENAS a instrução. Repetir a leitura, no máximo, uma vez.

DIZER:

 Risque o quadrinho onde há somente letras.

- 
- 
- 
- 